

SOMAR	
Processo nº	22839/2024
Data de Início	08/10/2024
Folha	1
Rúbrica	

**“E D I T A L”**

**Concorrência Eletrônica n.º 90003/2024**

**P R E Â M B U L O**

<b>Processo n.º</b>	22839/2024
<b>Fundamento Legal:</b>	Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 936/2022 e 937/2022.
<b>Objeto:</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)
<b>Critério de Julgamento:</b>	<b>Técnica e Preço</b>
<b>Execução:</b>	<b>Indireta</b>
<b>Data:</b>	<b>10/02/2025</b>
<b>Horário:</b>	<b>09:00</b>
<b>Local de Realização:</b>	<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>

Torna-se público que a Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR, por meio da Presidência, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA, , modo de disputa fechado, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 936/2022 e 937/2022 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	2
Rúbrica	

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formados por itens, conforme tabela constante no Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	3
Rúbrica	

- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	4
Rúbrica	

2.11. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. *O orçamento estimado conforme anexo foi de R\$ 55.896.823,48 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) conforme custo unitários apostos na planilha orçamentária em anexo.*

3.2. *As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão à conta da dotação orçamentária PT nº 63.01, 04.122.0084, 2.408, ND nº 3.3.90.35, Fonte 500 e 704.*

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	5
Rúbrica	

- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.9. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.46.1.
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:
- 5.1.1 A Proposta Técnica deverá ser apresentada em língua portuguesa de maneira clara, sistematizada para oferecer fácil compreensão, em 2 (duas) vias, em papel timbrado da Licitante, redigidas sem emendas, rasuras ou entrelinhas, numeradas, encadernadas em sistema espiral, rubricadas em todas as folhas e assinada na última folha pelo Representante Legal da Licitante.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	6
Rúbrica	

5.1.2 Neste documento, a licitante deverá demonstrar conhecimento do serviço a ser desenvolvido, sua qualificação técnica e gerencial e a qualificação de sua equipe técnica, descrever e justificar a metodologia e os recursos humanos e materiais que serão utilizados na execução do objeto.

5.1.3 A Proposta Técnica deverá incluir os seguintes tópicos:

## 5.2 Índice

Incluirá a paginação e os tópicos de cada elemento correspondente à matéria incluída.

## 5.3 Apresentação

**5.3.1** A apresentação da Proposta Técnica deverá ser feita de forma resumida o seu conteúdo, limitada ao máximo de 2 (duas) páginas, em formato A-4.

5.4 O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.4.1 Valor total

*5.4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.*

5.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10 Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	7
Rúbrica	

## 6 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.

6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5 O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1 SICAF; e

6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	8
Rúbrica	

6.9 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.10 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.11 Serão desclassificadas as propostas que:

- 6.11.1 contiverem vícios insanáveis;
- 6.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
- 6.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.12 Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.13 A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital** (Dec. 936/2022 – ref.: art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.14 A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (Dec. 936/2022 – ref.: art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.15 No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático conforme disposto no Projeto Básico:

$$NT = N1 + N2 + N3 + N4$$

Onde:

- (N1) = Conhecimentos do Problema;
- (N2) = Metodologia e plano de trabalho;
- (N3) = Experiência da Empresa Licitante;
- (N4) = Experiência da Equipe Técnica.

*6.15.1 As notas serão atribuídas com base na avaliação dos elementos das propostas técnicas e dos currículos apresentados.*

6.16 Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.17 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	9
Rúbrica	

6.17.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.17.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.17.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.18** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.18.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.18.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.18.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.18.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.19 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.20 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.20.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.20.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	10
Rúbrica	

6.20.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.20.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.20.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**6.21** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.21.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.21.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.22** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.23** Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

6.23.1 Cálculo do fator (NP) pela aplicação da fórmula:

6.23.2 Cálculo da média aritmética M entre a média dos preços totais propostos pelas licitantes classificadas nas etapas anteriores;

6.23.3 d=diferença entre o preço apresentado pelas licitantes e a média das propostas

6.23.4 A empresa que apresentar o maior fator (NP) será atribuída a nota 100. As demais empresas terão suas notas proporcionais a seus (NP)'s e calculadas a partir da que apresentou o maior fator.

6.23.5 A fim de melhor esclarecer a formulação das propostas, apresenta-se, na fórmula abaixo, exemplo de aplicação das fórmulas apresentadas para definição do valor e pontuação:

$$NP = 100 - ((P0 - Pm) / (Ve - Pm)) \times 20$$

6.24 Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	11
Rúbrica	

6.24.1 A pontuação da Nota Final de cada Licitante será calculada pela média entre os pontos obtidos na Nota Técnica (NT) e na Proposta de Preço (NP), obedecendo a seguinte razão e de acordo com a fórmula abaixo:

6.24.2  $NF = (0,7 \times NT) + (0,3 \times NP)$

6.24.3 Observações:

- a) A Nota Final (NF) será calculada com duas casas decimais, sem arredondamentos, sendo desprezadas as demais casas.
- b) A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das

Notas Finais.

6.34 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.35 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.36 Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.36.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.36.1.1 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.36.1.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.36.1.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.36.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.36.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	12
Rúbrica	

6.36.2.2 empresas brasileiras;

6.36.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.36.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.37 Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.38 Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.38.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.38.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.39 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.40 O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.41 Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.42 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.43 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.44 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.45 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	13
Rúbrica	

6.46 É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

## 7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.35 Os documentos previstos no Projeto Básico no item 8.12 e seguintes, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.35.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.36 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.37 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.38 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.39 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.40 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.41 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.42 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.43 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.44 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	14
Rúbrica	

7.44.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.45 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.45.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.46 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.46.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.47 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.47.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.47.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.48 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.48.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.48.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.49 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.50 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.46.1.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	15
Rúbrica	

7.51 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.52 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.53 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8 DO TERMO DE CONTRATO

8.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Projeto Básico.

8.3.1 O prazo poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3.2 – No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

8.4 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.5 *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

8.5.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

8.5.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

8.5.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).*

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	16
Rúbrica	

## 9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.marica.rj.gov.br/>.

## 10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	17
Rúbrica	

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	18
Rúbrica	

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	19
Rúbrica	

encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12 Garantia da contratação**

12.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor do Contrato, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

12.1 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

12.2 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	20
Rúbrica	

12.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

No caso de apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, o **prazo deverá ser contado da homologação da licitação, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021**. Nas demais modalidades de garantia, deverá o Contrato prever o prazo e o termo início de sua contagem para sua apresentação.

### 13 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 Trata-se de uma contratação sob o regime de execução direta de “Empreitada por Preço Global”, que tem como vantagens (i) a simplicidade nas medições (por ser a cada produto entregue), (ii) o menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço, (iii) o valor final do contrato ser, em princípio, fixo, (iv) restringir os pleitos do contratado à assinatura de aditivos e (v) o incentivo ao cumprimento de prazos, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa.

13.2 A Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), conforme a necessidade, emitirá Ordem de Serviço (OS) para o desenvolvimento das atividades previstas no certame, essas OSs serão aprovadas pelas partes quanto à definição dos recursos e prazos necessários ao desenvolvimento dos produtos demandados.

13.3 Para emissão da Ordem de Serviço (OS) será necessário a apresentação de sua composição de custo para análise de economicidade do Controle Interno desta Autarquia a fim de se comprovar o seu enquadramento com os preços praticados no mercado.

13.4 Deste modo, as medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços e autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, obedecendo aos quantitativos de serviços realmente executados pela Contratada, de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OSs) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

Os critérios de medição específicos para o objeto, serão estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS), conforme complexidade, tendo como parâmetros os seguintes critérios:



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	21
Rúbrica	

Ordem de Serviço		Prazo	Produto	% da Ordem de Serviço
A	Apoio à Gestão	12 meses	Relatório Mensal de Atividades	8,33%
B1	Estudos, Planos, Programas e Modelagens	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Diagnóstico	20,00%
		até 4 meses	Prognóstico	20,00%
		até 8 meses	Proposição de Soluções	30,00%
		até 3 meses	Relatório Final	20,00%
B2 - Opção 1	Projeto para Contratação Plena	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Projeto Conceitual	15,00%
		até 4 meses	Anteprojeto	15,00%
		até 6 meses	Projeto Básico	20,00%
		até 6 meses	Projeto Executivo	20,00%
		até 3 meses	Viabilidade Econômico-financeira	10,00%
		até 3 meses	Viabilidade Jurídico-Regulatório	10,00%
B2 - Opção 2	Projeto para Contratação Semi-Integrada	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Projeto Conceitual	20,00%
		até 4 meses	Anteprojeto	20,00%
		até 6 meses	Projeto Básico	20,00%
		até 3 meses	Viabilidade Econômico-financeira	10,00%
		até 3 meses	Viabilidade Jurídico-Regulatório	10,00%
B2 - Opção 3	Projeto para Contratação Integrada	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Projeto Conceitual	30,00%
		até 4 meses	Anteprojeto	30,00%
		até 3 meses	Viabilidade Econômico-financeira	15,00%
		até 3 meses	Viabilidade Jurídico-Regulatório	15,00%

13.5 Os serviços de apoio a gestão serão medidos mensalmente, conforme seu respectivo cronograma físico-financeiro.

13.6 Os produtos relativos a cada Ordem de Serviço (OS) só serão considerados entregues à Comissão de Fiscalização se contiverem todo o conteúdo estabelecido na respectiva Ordem de Serviço (OS).

13.7 No final de cada mês será processado o Boletim de Medição, considerando os produtos entregues de cada ordem de serviço ao longo do mês recorrente, além do produto referente ao Apoio a Gestão.

13.8 Desta forma, as medições serão autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, e os pagamentos serão realizados de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OS) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

#### **Aceitação do Objeto Contratual**

13.9 Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.

13.10 Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá formalizar a entrega do produto à Fiscalização, em (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	22
Rúbrica	

digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.

- 13.11 A formalização da entrega do produto à Fiscalização ora estabelecida fora do prazo previsto na respectiva Ordem de Serviço (OS) caracterizará atraso, sujeitando a Contratada as penalidades cabíveis.
- 13.12 Constatada a condição de conclusão do objeto, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.
- 13.13 Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a Fiscalização formalizará junto à Contratada o Relatório de Análise indicando as pendências os ajustes necessários, os quais deverão ser realizados no prazo de 10 (dez) dias.
- 13.14 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará nova formalização da entrega do produto à Fiscalização, em 1 (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.
- 13.15 Constatada a conclusão das pendências na nova análise, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.
- 13.16 Após a emissão do Termo de Aprovação, poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

### **Forma de pagamento**

- 13.17 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.20 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.21 O pagamento deverá ser efetuado até o 30º (trigésimo) dia contado a partir do adimplemento de cada parcela, como forma de permitir o cálculo de multa por atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	23
Rúbrica	

13.22 Nos casos de eventuais atrasos no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,05% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do a do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

13.23 Na eventualidade de ocorrer antecipação no pagamento, de acordo com a legislação vigente, o valor sofrerá deflação financeira, à taxa de 0,05 % ao mês, calculado pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data de adimplemento da parcela.

### **Liquidação**

13.24 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.25 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.26 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.27 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.28 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.29 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	24
Rúbrica	

13.30 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.31 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **Prazo de pagamento**

13.32 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

13.33 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

### **Reajuste**

13.34 Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação do orçamento estimado. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao Custo Nacional da Construção Civil - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$5.2. R = V \times (I1 - I0) / I0$$

13.35 Onde:

- R = Valor do reajustamento procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I1 = índice correspondente ao mês de aniversário do orçamento estimado;
- I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação do orçamento estimado.

13.36 A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

13.37 No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

13.38 Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

## **14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	25
Rúbrica	

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.marica.rj.gov.br/>.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1 Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.11.2 Anexo II – Projeto Básico e anexos;
- 14.11.3 Anexo III – Proposta Detalhe
- 14.11.4 Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;

Maricá, ..... de ..... de 2024.

Jorge Heleno da Silva Pinto  
Matrícula 500.029

**Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR**



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	26
Rúbrica	

## ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Acesso disponível no link abaixo:

[https://docs.google.com/document/d/1NLtt\\_wIE2yH6Oe4FtcGLG4ekwm34-R-  
R/edit?usp=sharing&ouid=106700872646455325125&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/1NLtt_wIE2yH6Oe4FtcGLG4ekwm34-R/edit?usp=sharing&ouid=106700872646455325125&rtpof=true&sd=true)

Podendo ser remetidas por e-mail, no site [www.marica.rj.gov.br](http://www.marica.rj.gov.br) – Portal da Transparência ou entregues em pen drive se o Edital for retirado na CPL.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	27
Rúbrica	

## ANEXO II – PROJETO BÁSICO E ANEXOS

PROJETO BÁSICO (PB) - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR).

### AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 22839/2024

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto do trabalho é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR).
- 1.2. Tal contratação será realizada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.3. O serviço objeto desta contratação são caracterizados comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a contar da expedição da Ordem de Início dos Serviços, podendo, por interesse da Administração, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. A prorrogação do contrato é justificável por ser serviço indispensável, cuja interrupção comprometeria a regularidade, eficiência ou a qualidade do atendimento ao interesse público. A contratação nesse formato é fundamental para garantir a continuidade do objeto contratado e assegurar a previsibilidade no planejamento e execução orçamentária, conforme os princípios da eficiência, continuidade e economicidade previstos na legislação.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	28
Rúbrica	

- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5.3.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. De acordo com a fundamentação completa da Contratação e de seus quantitativos pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico consideramos que:
- 2.2. A Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) é o órgão do sistema municipal responsável pela promoção de estudos econômicos, administrativos, estatísticos e tecnológicos necessários ao planejamento e execução de obras de engenharia e infraestrutura urbana, além de executar, direta ou indiretamente, as obras públicas de responsabilidade do Município, tais como revitalização de áreas públicas, gestão e reestruturação da limpeza urbana e gestão do programa de coleta de resíduos, e que para tal é necessário contar com soluções especializadas, multidisciplinares e integradas, elaboradas sob medida para as demandas específicas desta municipalidade, há a necessidade da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR), a fim de desenvolver, com a qualidade adequada, serviços técnicos específicos e operacionais de engenharia, arquitetura e urbanismo, além de estudos nas áreas ambiental, social, jurídico-regulatória e econômico-financeiro, necessários para implementação das políticas públicas aderentes às suas atribuições, sempre que possível considerando soluções sustentáveis com energia renovável, reuso de água, acessibilidade, telhado verde e etc.
- 2.3. Considerando também que a cada 04 anos é feito o Plano Plurianual do Município, que trata-se do planejamento central de governo do Prefeito e determina a orientação estratégica e suas prioridades traduzidas em programas e ações e, a cada ano há a avaliação destes planos e metas a fim de possíveis ajustes de novas demandas que podem ter surgido dentro do ano em exercício para programação do próximo ano, após aprovação e publicação em diário oficial temos elencadas as programações de todos os órgãos públicos do Município para os próximos anos, nos dando base para programação do recebimento de novas demandas pela SOMAR, o no caso do Plano Plurianual 2025-2025.
- 2.4. Tendo em vista somente as intervenções destacadas do Plano Plurianual 2025-2025 a seguir, verifica-se que em apenas 1 ano serão aportados cerca de R\$670 milhões em obras públicas

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	29
Rúbrica	

que contarão com a necessidade de produtos que poderão ser elaborados no âmbito desta contratação.

Órgão Responsável	Iniciativas	Regionalização	Produto	Ano	Metas Físicas		Metas Financeiras
					Unid. Medida	Metas Físicas	Valor
Secretaria de Educação	Construção do Prédio Público - Educação	Todo o Município	Unidade Construída	2025	Unidade	19,00	R\$ 67.380.622,32
Secretaria de Educação	Ampliação e Reforma - Educação	Todo o Município	Unidade Ampliada ou Reformada	2025	Unidade	24,00	R\$ 33.720.881,51
Secretaria de Cultura	Teatro Municipal	Todo o Município	Espaços Implantados	2025	Unidade	1,00	R\$ 150.000,00
Secretaria de Turismo	Infraestrutura Turística	Todo o Município	Equipamentos e Atrativos	2025	Unidade	2,00	R\$ 200.000,00
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca	Parque de Exposições	Todo o Município	Parque Implantado	2025	Unidade	1,00	R\$ 1.000.000,00
Secretaria de Cidade Sustentável	Urbanização de Orlas e Recuperação de Áreas Degradadas	Todo o Município	Orlas Urbanizadas e Recuperadas	2025	Unidade	10,00	R\$ 65.000.000,00
Secretaria de Iluminação Pública	Aperfeiçoamento do Sistema Elétrico dos prédios públicos	Todo o Município	Prédios Públicos	2025	Unidade	40,00	R\$ 5.239.284,12
Secretaria de Iluminação Pública	Implantação e Modernização de Pontos de Iluminação pública	Todo o Município	Pontos de Iluminação Implantados	2025	Unidade	6139,00	R\$ 17.004.818,32
Secretaria Municipal de Governo	Manutenção Predial	Administração Pública Municipal	Prédios Públicos	2025	Unidade	135,00	R\$ 29.415.033,43
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Pavimentação e Drenagem	Todo o Município	Vias Pavimentadas e Drenadas	2025	M2	1202808,90	R\$ 42.720.678,36
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Dragagem de Lagoas, Rios e Canais	Todo o Município	Lagoa, Rios e Canais Dragados	2025	M3	100500,00	R\$ 25.000.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Praças, Canteiros e Edificações de Esporte e Lazer	Todo o Município	Praças/Canteiros/Áreas deazer/ Edifica	2025	M2	3327,00	R\$ 5.127.342,16
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Pontes	Todo o Município	Pontes Construídas	2025	M2	704,00	R\$ 3.500.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Urbanização de Diversos Logradouros	Todo o Município	Revitalização	2025	M2	8726,64	R\$ 10.000.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Contêntores e Estabilização de Taludes	Todo o Município	Encostas, Margens de Rio e Vias	2025	M2	12500,00	R\$ 8.000.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Obras Diretas	Todo o Município	Obras Realizadas Duetamente	2025	M2	800000,00	R\$ 220.414.594,10
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Passarelas	Todo o Município	Passarela Construída	2025	Percentual	100,00	R\$ 3.500.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Viadutos	Todo o Município	Viaduto Construído	2025	Percentual	1,00	R\$ 1.000.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Manutenção e Recuperação de Vias	Todo o Município	Vias Recuperadas	2025	M2	79960,00	R\$ 16.763.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Recifes Artificiais	Todo o Município	Arrecife	2025	Percentual	2,00	R\$ 1.500.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Manutenção de Áreas Públicas	Todo o Município	Áreas Mantendidas	2025	Percentual	95,00	R\$ 59.989.282,58
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Manutenção de Praças e Canteiros	Todo o Município	Áreas Mantendidas	2025	Percentual	95,00	R\$ 48.000.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Construção de Prédios Governamentais	Administração Pública Municipal	Prédio Construído	2025	M2	149,20	R\$ 1.226.987,06
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Energia Solar	Todo o Município	Projeto implantado	2025	Percentual	20,00	R\$ 500.000,00
Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá	Centro cívico	Todo o Município	Centro Cívico Implantado	2025	M2	12151,84	R\$ 3.428.852,34
<b>Total:</b>							<b>R\$ 669.781.376,30</b>

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	30
Rúbrica	

- 2.5. Assim, a importância da contratação de empresas especializadas para tal fim, é justificável pelo volume de produtos identificados no Plano Plurianual 2025-2025 a serem demandados por diversos órgãos da municipalidade, exigindo conhecimentos específicos e altamente qualificados, desde a sua concepção, passando pelas fases de detalhamento (estudos e projetos), licitação, execução, gerenciamento, supervisão, fiscalização, operação e manutenção, visando eficiência e eficácia dos serviços prestados no âmbito da administração pública do Município de Maricá.
- 2.6. Diante da diversidade de temas demandados, a contratação justifica-se pela dedicação exclusiva de mão de obra especializada focada na elaboração dos produtos considerando a integração entre os órgãos e pela complexidade em seu desenvolvimento. Assim, verificando o quadro de funcionários já envolvidos em muitas outras demandas que a Autarquia possui, e pela pessoalidade do objeto, confirma-se a necessidade da contratação ora em foco, e, portanto, requer-se a realização do presente estudo para processo licitatório, almejado pela Autarquia Municipal de Serviços de Obras – SOMAR.
- 2.7. Quanto a previsão no PAC (Plano de Contratações Anual), está dispensada para as execuções ocorridas em 2024, nos termos do artigo único – Disposição do Decreto nº 1.286 de 28 de novembro de 2023.

DECRETO Nº 1.286, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

ALTERA O ART. 8º, DO DECRETO 1.004/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 8º do Decreto 1.004/2023, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 8º A elaboração e a aprovação do Plano de Contratações Anual serão obrigatórias a partir do ano de 2024, referentes ao exercício de 2025".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 28 dias do mês de novembro de 2023.

Fabiano Taques Horta

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

5.5.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.6. (A seguir transcreve-se a descrição da solução como um todo apresentada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares)

3.1. Em consonância com o objeto, as soluções detalhadas adiante estão agrupadas em:

- apoio à gestão para coordenação e assessoramento junto à SOMAR;

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	31
Rúbrica	

- elaboração e desenvolvimento de estudos, planos, programas, modelagens;
- elaboração e desenvolvimento de projetos conceituais, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos.

3.2. Os produtos deverão sempre apresentar soluções técnicas viáveis, obedecendo às normas técnicas vigentes.

3.3. APOIO À GESTÃO – Produto A

5.7. Os serviços de Apoio à Gestão visam dar assessoria técnica à SOMAR na tomada de decisões ao longo de todo o contrato, sendo objeto da primeira Ordem de Serviço (OS) tendo como objetivos primários:

- I) a Coordenação e o Assessoramento à SOMAR;
- II) o suporte e apoio à Alta Direção da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) na Gestão de Contratos e Tomada de Decisões;
- III) a identificação e desenvolvimento de metodologias, melhores práticas, políticas, normas, procedimentos e templates de documentos de gerenciamento de projetos e obras;
- IV) a definição das ferramentas de gerenciamento de projetos e obras;
- V) a consolidação das informações dos projetos e obras;
- VI) o treinamento para os gerentes de projetos da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- VII) o apoio na definição dos padrões de qualidade globais de projetos e obras;
- VIII) o repositório e gerenciamento para comunicação e riscos dos projetos e obras;
- IX) o monitoramento dos projetos e obras em andamento, incluindo controle dos processos e padrões de gerenciamento, dando suporte aos fiscais de contratos da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) em suas atividades;
- X) o suporte e apoio no desenvolvimento de projetos para garantir que seus produtos atendam às necessidades implícitas e explícitas do Contratante, sendo disponibilizados a tempo e com preço e custos compatíveis.

5.8. As atividades de Coordenação e Assessoramento podem incluir:

- Planejar as atividades voltadas para o alto rendimento dos serviços da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), viabilizando um controle rigoroso, individual e coletivo desse rendimento;
- Apoio nas articulações com demais Órgãos Municipais, Estaduais e Federais para a necessária tramitação de assuntos relacionados, por exemplo, à requerimentos

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	32
Rúbrica	

orçamentários e financeiros;

- Promover a integração das diversas ações da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), mantendo alinhamentos, entendimentos e acordos necessários para o alto rendimento dos serviços;
- Definir ferramentas para o gerenciamento, acompanhamento e avaliação da execução físico-financeira das Obras sob responsabilidade da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Coordenar, acompanhar e dar suporte na elaboração dos documentos técnicos;
- Dar apoio Técnico e Operacional às diversas unidades da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Assessorar à Contratante na avaliação dos impactos de fatos imprevistos sobre o andamento das suas atividades, ou sobre a realização de obras, serviços especiais e atividades afins;
- Dar apoio às Aquisições da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Dar apoio na elaboração do orçamento anual da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), para as tramitações requeridas pelas normas de gestão orçamentaria do Município;
- Participar do processo de elaboração da programação anual das ações a serem implementadas no âmbito municipal pela Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), apoiando na elaboração das classificações orçamentárias e das programações de gastos pertinentes a tal programação;
- Elaborar relatórios administrativos, financeiros, pareceres, e propostas para auxiliar à Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) na implementação de suas atividades;
- Acompanhar e subsidiar auditorias periódicas realizadas no âmbito da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Assessorar na operacionalização de programas de capacitação profissional;
- Apoiar a análise dos pareceres em processos administrativos produzidos pela equipe da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Apoiar no monitoramento dos prazos de elaboração dos projetos de engenharia e



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	33
Rúbrica	

verificar a suficiência de dados necessária para a aprovação junto ao Órgão Financiador e respectiva contratação das obras e serviços de consultoria;

- Emitir pareceres técnicos referentes às solicitações de alterações contratuais e serviços propostos;
- Emitir pareceres técnicos de avaliação Físico-Financeira de alterações introduzidas nas soluções técnicas, em relação aos projetos originais, avaliando os reflexos na viabilidade econômica das obras, compras e serviços e no orçamento global do Projeto;
- Participar das reuniões periódicas com as equipes de trabalho, para discutir a evolução do cronograma, o cumprimento do orçamento e outros problemas que eventualmente surjam ao longo dos projetos;
- Acompanhar e gerenciar a elaboração e/ou revisão de projetos;
- Emitir pareceres técnicos de avaliação das atividades das equipes ambientais e sociais das empresas construtoras e prestadoras de serviços da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Verificar junto às construtoras quanto ao atendimento às exigências dos órgãos ambientais relativas aos processos de licenciamento dos empreendimentos das obras da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);
- Acompanhar o planejamento Ambiental e Social de obras com a equipe das construtoras por meio de reuniões com os responsáveis socioambientais de cada instituição;
- Avaliar periodicamente a eficiência dos programas ambientais relacionados as intervenções físicas previstas no âmbito da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) e propor os ajustes necessários;
- Sugerir ações e procedimentos, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais.

5.9. O Relatório Mensal sobre a prestação dos serviços da Contratada, dirigido ao fiscal do contrato, visa relatar todos os serviços realizados no período, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	34
Rúbrica	

5.10. Tais Relatórios deverão ser elaborados e entregues à Contratante, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao período relatado, emitido em 01 (uma) via impressa e em meio digital, em formato/extensão “.pdf”, em escala compatível com o formato A4, contendo:

- I) Descrição das atividades desenvolvidas pela Contratada no mês a que se referir, incluindo como anexos os pareceres e relatórios técnicos elaborados no período;
- II) Resumo do conjunto de atividades e produtos desenvolvidos por Ordens de Serviço (OSs);
- III) Atas das reuniões realizadas, incluindo fotos, listas de presença e/ou outras evidências de realização de tais reuniões;
- IV) Situação dos projetos, programas e obras civis acompanhados pela Contratada;
- V) Indicadores que permitam avaliar o estágio dos serviços/empreendimentos acompanhados pela Contratada, seus custos, os pontos críticos existentes e os reflexos de dificuldades surgidas não previstas, com recomendações de correção e solução;
- VI) Relatório sobre os empreendimentos em execução no âmbito da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) acompanhados pela Contratada incluindo mapa de localização, evolução mensal dos contratos em andamento, existência e atendimento às exigências e pendências, informações gerenciais complementares, relatório fotográfico, parecer técnico quanto a entrega e atendimento de prazo e qualidade dos serviços;
- VII) Relato das demais ações de Coordenação e Assessoramento que forem consideradas pertinentes.

5.11. A análise e aprovação dos relatórios mensais apresentados em cada período será realizada pela equipe da Contratante, no prazo de 10 (dez) dias, prazo esse que será interrompido pelo período que demandar a Consultora no intuito de suprir e corrigir eventuais deficiências detectadas, sendo a sua aprovação condição para os pagamentos.

5.12.

#### 3.4. ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS E MODELAGENS – Produto B1

5.13. Os serviços relacionados à Estudos, Planos, Programas e Modelagens serão realizados por demanda predeterminada, conforme solicitação da Comissão de Fiscalização do Contrato, mediante a emissão de Ordens de Serviços (OS).

5.14. Os Relatórios Técnicos Específicos dos serviços realizados pela Contratada, deverão ser dirigidos ao fiscal do contrato, atendendo ao detalhamento do respectivo produto especificado em cada Ordem de Serviço (OS).

5.15. Tais Relatórios deverão ser elaborados e entregues à Contratante, dentro do prazo definido na Ordem de Serviço demandante, emitido em 01 (uma) via impressa e em meio digital, em formato/extensão “.pdf”, em escala compatível com o formato A4, compreendendo:

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	35
Rúbrica	

- I) Plano de Trabalho com a formalização do planejamento contemplando todas as atividades a serem desenvolvidas no decorrer da Ordem de Serviço (OS), de forma a nortear a condução dos trabalhos do início ao fim (incluindo informações sobre fontes de dados e metodologias a serem adotadas);
- II) Diagnóstico (coleta, tratamento e armazenamento de dados disponíveis);
- III) Prognóstico (análise dos dados obtidos);
- IV) Proposição de soluções (incluindo cenários com descrição dos possíveis impactos sociais, ambientais, técnicos, operacionais, jurídicos, econômicos e financeiros);
- V) Relatório Final (com consolidação das informações anteriores e planejamento para avançar nas soluções selecionadas).

5.16. A análise e aprovação dos relatórios técnicos específicos apresentados será realizada pela equipe da Contratante no prazo de 10 (dez) dias, prazo esse que será interrompido pelo período que demandar a Consultora no intuito de suprir e corrigir eventuais deficiências detectadas, sendo a sua aprovação condição para os pagamentos junto aos relatórios mensais.

### 3.5. ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS – Produto B2

5.17. Os Projetos Conceituais, Anteprojetos, Projetos Básicos e Projetos Executivos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia serão realizados por demanda predeterminada, conforme solicitação da Comissão de Fiscalização do Contrato, mediante a emissão de Ordens de Serviços (OS).

5.18. Os serviços irão compreender os projetos devidamente detalhados, especificados e orçados, tendo como base, em alguns casos, o estudo preliminar, quando elaborado pela equipe técnica da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) ou projetos Padrão do Governo Federal, Estadual ou Municipal, e noutros casos, o programa de necessidades e especificidades da obra e as condições locais do terreno, quando incluir a elaboração dos projetos desde os estudos iniciais e deverão conter todas as condições abaixo indicadas.

5.19. Todos os projetos deverão cumprir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e sempre que possível considerar soluções sustentáveis com energia renovável, reuso de água, telhado verde e etc.

5.20. A elaboração destes Projetos, sejam referentes à reformas ou implantações, considerará os produtos conforme descrito a seguir.

5.21. Plano de Trabalho

5.22. O Plano de Trabalho deverá apresentar, no mínimo, o objetivo da Ordem de Serviço (OS), sua contextualização, dados disponíveis, relação de dados a serem levantados, descrição de cada produto que será entregue e cronograma de apresentação destes produtos.

5.23.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	36
Rúbrica	

5.24. Projeto Conceitual

5.25. A elaboração dos Produtos (Tomos) referentes ao Projeto Conceitual, sempre que pertinente e dentre outros, consiste na apresentação de:

- Tomo I - Caracterização da área de estudo
- Tomo II - Levantamento de dados e diagnóstico
- Tomo III - Estudo de localização
- Tomo IV - Visitas a campo com levantamento fotográfico
- Tomo V - Definição do programa de necessidades
- Tomo VI - Estudo de alternativas de soluções
- Tomo VII - Pré-viabilidade ambiental
- Tomo VIII - Projeto conceitual
- Tomo IX - Estimativa orçamentária

5.26.

5.27. Anteprojeto

5.28. Anteprojeto é a representação técnica em desenhos, números, escala e detalhes suficientes para a compreensão da obra planejada, visando subsidiar a elaboração do Projeto Básico. A elaboração dos Produtos (Tomos) referentes ao Anteprojeto, sempre que pertinente e dentre outros, consiste na apresentação de:

- Tomo I - Planta Base da Área de Trabalho (concepção geral)
- Tomo II - Visita Preliminar
- Tomo III - Levantamento Topográfico e de Interferências
- Tomo IV - Sondagens e Estudos Geotécnicos
- Tomo V - Estudo Ambiental
- Tomo VI – Anteprojeto (arquitetura, urbanismo, terraplenagem, fundações, estrutura, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, instalações especiais, desapropriações, geometria, pavimentação e etc, de acordo com a necessidade)
- Tomo VII - Revisão da estimativa orçamentária
- Tomo VIII - Cronograma físico preliminar de Implantação

5.29. Projeto Básico

5.30. Os Projetos Básicos são um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto de

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	37
Rúbrica	

licitação, que assegurem a viabilidade técnica e econômica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e dos prazos de execução.

5.31. Os Projetos Básicos deverão contemplar, sempre que pertinente:

- Desenvolvimento da metodologia escolhida, com visão global da obra, identificando com clareza todos os seus elementos constitutivos;
- Soluções técnicas globais e localizadas, detalhadas, para minimizar a necessidade de reformulação quando da realização das obras e montagem;
- Identificação de serviços, materiais e equipamentos pertinentes à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento;
- Informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;
- Documentação para licenciamento ambiental;
- Subsídios para elaborar a licitação e a gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

5.32. A elaboração dos Produtos (Tomos) referentes ao Projeto Básico, sempre que pertinente e dentre outros, consiste na apresentação de:

- Tomo I – Relatório Técnico (equipe técnica, apresentação geral, considerações iniciais, caracterização da área em estudo, resumo do Projeto)
- Tomo II – Memorial de Cálculo
- Tomo III – Especificações Técnicas
- Tomo IV – Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro
- Tomo V – Peças Gráficas
- Tomo VI – Relatório de Desapropriações
- Tomo VII – Relatório de Serviços Topográficos Complementares
- Tomo VIII – Estudos Geotécnicos Complementares
- Tomo IX – Projetos de Arquitetura, Urbanismo, Paisagismo, Energia Renovável, Interferências, Terraplenagem, Fundações, Estrutura, Instalações Hidrossanitárias, Instalações Elétricas, Instalações Especiais, Desapropriações, Geometria, Pavimentação, Sinalização, Iluminação, Drenagem, Obras de Artes Especiais e etc, de acordo com a necessidade)
- Tomo X - Anexos

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	38
Rúbrica	

5.33. Projeto Executivo

5.34. Os Projetos Executivos serão elaborados a partir dos Projetos Básicos, acrescentando os detalhes construtivos necessários e suficientes para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras. Os trabalhos que se desenvolverão nesta fase englobarão os estudos complementares necessários à execução das obras de implementação do empreendimento, levando-se em conta as etapas de projeto.

5.35. A elaboração dos Produtos (Tomos) referentes ao Projeto Executivo, sempre que pertinente e dentre outros, consiste na apresentação de:

- Tomo I – Análise e consolidação do Projeto Básico
- Tomo II – Resumo do Projeto
- Tomo III – Projeto Estrutural
- Tomo IV – Projeto Elétrico
- Tomo V – Projeto de Instalações Prediais
- Tomo VI – Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro Consolidado
- Tomo VII – Especificações Técnicas
- Tomo VIII – Diretrizes para Operação e Manutenção
- Tomo IX – Anexos

5.36.

5.37. Viabilidade Econômico-Financeira

5.38. A viabilidade econômico-financeira deverá considerar o estudo da sustentabilidade do projeto do ponto de vista econômico e financeiro, que incluirá demonstração dos resultados quantitativos estimados para o projeto, previsão de aporte de recursos (capex e opex) e dimensionamento das garantias a serem oferecidas pelos agentes públicos e privados.

5.39. A partir desta definição, é produzido, no mínimo, o seguinte material:

- Definição e justificativa do melhor modelo de negócio
- Fluxo de caixa do projeto
- Project finance
- Planilha de viabilidade econômico-financeira

5.40.

5.41. Viabilidade Jurídico-Regulatório

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	39
Rúbrica	

5.42. A viabilidade Jurídico-Regulatória consiste, primeiramente, na análise de alternativas e definição do processo de contratação da obra/empreendimento, podendo ser, entre outros, por exemplo uma concorrência integrada, concorrência semi-integrada, parceria público privada ou concessão.

5.43.

5.44.

5.45. A partir desta definição é produzida toda a documentação jurídica necessária para o processo de contratação, como:

- Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- Projeto Básico (PB)
- Edital
- Matriz de Riscos

5.46.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, foram atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, conforme descrito no ETP.

##### **Subcontratação**

- 4.2. Os serviços contratados, incluindo bens, equipamentos e mão de obra, não podem ser terceirizados pela Contratada, ressalvada a possibilidade de subcontratação parcial, no limite máximo de 49% (quarenta e nove por cento) do valor contratado.

##### **Consórcio**

- 4.3. Considerando:

- 5.47. a) que o desenvolvimento dos serviços técnicos não compreende imobilização de canteiro, investimento em equipamentos ou em outros recursos antecipados, sendo caracterizado como desenvolvimento de trabalhos intelectuais, e assim, prever o pagamento de produtos elaborados por equipes profissionais especializadas ao final das etapas de realização;
- 5.48. b) que, em princípio, o conjunto de técnicas e a natureza dos trabalhos realizados estão sob um mesmo, ou equivalente, nível de complexidade;



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	40
Rúbrica	

5.49. c) a unicidade na condução dos trabalhos deve ser fator determinante da qualidade e agilidade para a coordenação dos trabalhos; e

5.50. d) que as soluções técnicas multidisciplinares sejam integradas.

5.51. e) a participação de consórcios pode acarretar desafios relacionados à gestão conjunta, divisão de responsabilidades e eventuais conflitos entre consorciados, o que pode comprometer a execução eficiente do contrato e no caso em tela a vedação é compatível com os princípios da legalidade, da isonomia e do interesse público.

f) a vedação a consórcios simplifica o controle administrativo, especialmente no que se refere à fiscalização contratual e à responsabilização das partes. Empresas isoladas possuem responsabilidade integral pelo contrato, o que facilita o gerenciamento e a execução das cláusulas contratuais.

4.4. Não será permitida a participação de empresas reunidas em forma de consórcio na licitação.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor do Contrato, conforme condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.9. No caso de apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, o prazo deverá ser contado da homologação da licitação, nos termos do art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021. Nas demais modalidades de garantia, deverá o Contrato prever o prazo e o termo início de sua contagem para sua apresentação.

5.52.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de início;
- Cronograma de realização dos serviços: a execução, além do acima exposto, deverá respeitar o seu respectivo Cronograma e terá como prazo o período de 12 meses a contar da expedição da

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	41
Rúbrica	

Ordem de Início dos Serviços, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.2. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Ordens de Serviço**

- 5.3. Após a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR), o gestor do contrato será responsável por emitir as Ordens de Serviços (OSs) conforme necessidade do contratante para o desenvolvimento de suas atividades.
- 5.4. As Ordens de Serviços – OS deverão conter no mínimo:
- Objeto da OS
  - Justificativa
  - Definição dos Produtos
  - Prazo de Execução da OS
  - Planilha de Quantidades e Preços
  - Cronograma Físico-Financeiro
  - Data e Assinatura do Contratante e do Contratado
- 5.5. Cumpre ressaltar que os serviços de Apoio à Gestão comporão a primeira OS do contrato, em conformidade com a Planilha A de Quantidades e Preços e seu respectivo cronograma físico-financeiro.

5.53.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	42
Rúbrica	

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a SOMAR e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A SOMAR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ao SOMAR poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22);
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22);

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	43
Rúbrica	

- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).

### **Gestor do Contrato**

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	44
Rúbrica	

trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.54.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Trata-se de uma contratação sob o regime de execução direta de “Empreitada por Preço Global”, que tem como vantagens (i) a simplicidade nas medições (por ser a cada produto entregue), (ii) o menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço, (iii) o valor final do contrato ser, em princípio, fixo, (iv) restringir os pleitos do contratado à assinatura de aditivos e (v) o incentivo ao cumprimento de prazos, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa.

7.2. A Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR), conforme a necessidade, emitirá Ordem de Serviço (OS) para o desenvolvimento das atividades previstas no certame, essas OSs serão aprovadas pelas partes quanto à definição dos recursos e prazos necessários ao desenvolvimento dos produtos demandados.

7.3. Para emissão da Ordem de Serviço (OS) será necessário a apresentação de sua composição de custo para análise de economicidade do Controle Interno desta Autarquia a fim de se comprovar o seu enquadramento com os preços praticados no mercado.

7.4. Deste modo, as medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos serviços e autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, obedecendo aos quantitativos de serviços realmente executados pela Contratada, de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OSs) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

7.5. Os critérios de medição específicos para o objeto, serão estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS), conforme complexidade, tendo como parâmetros os seguintes critérios:

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	45
Rúbrica	

Ordem de Serviço		Prazo	Produto	% da Ordem de Serviço
A	Apoio à Gestão	12 meses	Relatório Mensal de Atividades	8,33%
B1	Estudos, Planos, Programas e Modelagens	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Diagnóstico	20,00%
		até 4 meses	Prognóstico	20,00%
		até 8 meses	Proposição de Soluções	30,00%
		até 3 meses	Relatório Final	20,00%
B2 - Opção 1	Projeto para Contratação Plena	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Projeto Conceitual	15,00%
		até 4 meses	Anteprojeto	15,00%
		até 6 meses	Projeto Básico	20,00%
		até 6 meses	Projeto Executivo	20,00%
		até 3 meses	Viabilidade Econômico-financeira	10,00%
		até 3 meses	Viabilidade Jurídico-Regulatório	10,00%
B2 - Opção 2	Projeto para Contratação Semi-Integrada	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Projeto Conceitual	20,00%
		até 4 meses	Anteprojeto	20,00%
		até 6 meses	Projeto Básico	20,00%
		até 3 meses	Viabilidade Econômico-financeira	10,00%
		até 3 meses	Viabilidade Jurídico-Regulatório	10,00%
B2 - Opção 3	Projeto para Contratação Integrada	1 mês	Plano de Trabalho	10,00%
		até 4 meses	Projeto Conceitual	30,00%
		até 4 meses	Anteprojeto	30,00%
		até 3 meses	Viabilidade Econômico-financeira	15,00%
		até 3 meses	Viabilidade Jurídico-Regulatório	15,00%

5.55.

5.56.

- 7.6. Os serviços de apoio a gestão serão medidos mensalmente, conforme seu respectivo cronograma físico-financeiro.
- 7.7. Os produtos relativos a cada Ordem de Serviço (OS) só serão considerados entregues à Comissão de Fiscalização se contiverem todo o conteúdo estabelecido na respectiva Ordem de Serviço (OS).
- 7.8. No final de cada mês será processado o Boletim de Medição, considerando os produtos entregues de cada ordem de serviço ao longo do mês recorrente, além do produto referente ao Apoio a Gestão.
- 7.9. Desta forma, as medições serão autorizadas a partir da verificação da qualidade dos produtos entregues por parte da comissão de fiscalização do contrato, e os pagamentos serão realizados de acordo com as composições estabelecidas nas Ordens de Serviços (OS) onde estarão especificados os recursos humanos, custos diretos, custos administrativos, remuneração da contratada e despesas fiscais referente a cada produto em consonância com a planilha de quantidades e preços.

5.57.

### Aceitação do Objeto Contratual

- 7.10. Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	46
Rúbrica	

- 7.11. Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá formalizar a entrega do produto à Fiscalização, em (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.
- 7.12. A formalização da entrega do produto à Fiscalização ora estabelecida fora do prazo previsto na respectiva Ordem de Serviço (OS) caracterizará atraso, sujeitando a Contratada as penalidades cabíveis.
- 7.13. Constatada a condição de conclusão do objeto, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.
- 7.14. Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a Fiscalização formalizará junto à Contratada o Relatório de Análise indicando as pendências os ajustes necessários, os quais deverão ser realizados no prazo de 10 (dez) dias.
- 7.15. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará nova formalização da entrega do produto à Fiscalização, em 1 (uma) via impressa e 1 (uma) via em meio digital, a fim de que seja realizada análise do mesmo em até 5 (cinco) dias para fins de aprovação e autorização de medição.
- 7.16. Constatada a conclusão das pendências na nova análise, a Fiscalização emitirá o Termo de Aprovação, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.
- 7.17. Após a emissão do Termo de Aprovação, poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

### **Forma de pagamento**

- 7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.22. O pagamento deverá ser efetuado até o 30º (trigésimo) dia contado a partir do adimplemento de cada parcela, como forma de permitir o cálculo de multa por atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	47
Rúbrica	

- 7.23. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,05% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do a do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.
- 7.24. Na eventualidade de ocorrer antecipação no pagamento, de acordo com a legislação vigente, o valor sofrerá deflação financeira, à taxa de 0,05 % ao mês, calculado pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data de adimplemento da parcela.

## Do recebimento

- 7.25. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.26. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.27. Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 7.28. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.29. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 7.30. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
- 7.31. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.32. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.33. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	48
Rúbrica	

- 7.34. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.35. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.36. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.37. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.38. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.39. Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 936/22).
  - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	49
Rúbrica	

- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.40. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.41. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.42. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.43. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução do contrato;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.44. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.45. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.46. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.47. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	50
Rúbrica	

- 7.48. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.49. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.50. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### Prazo de pagamento

- 7.51. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.52. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

### Reajuste

- 7.53. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação do orçamento estimado. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente ao Custo Nacional da Construção Civil - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$5.58. R = V \times (I1 - I0) / I0$$

- 7.54. Onde:

- R = Valor do reajustamento procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I1 = índice correspondente ao mês de aniversário do orçamento estimado;
- I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação do orçamento estimado.

- 7.55. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.
- 7.56. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	51
Rúbrica	

7.57. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

5.59.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **TÉCNICA E PREÇO**.
- 8.2. O critério de julgamento por técnica e preço é o mais adequado a presente contratação em razão da complexidade, especificidade e relevância do objeto contratual que demanda a avaliação tanto da qualidade técnica quanto da economicidade da proposta. Entre os principais fundamentos para sua utilização, destacam-se:
- 8.3. Garantia de Qualidade: Esse critério permite selecionar a proposta que melhor atende aos requisitos técnicos indispensáveis à execução do objeto, assegurando qualidade superior e o cumprimento eficiente do contrato.
- 8.4. Equilíbrio entre Custo e Benefício: Ao considerar simultaneamente a técnica e o preço, promove-se uma solução equilibrada, que combina excelência técnica com custos adequados, atendendo ao interesse público.
- 8.5. Conformidade Legal: O critério está previsto na legislação, como na Lei nº 14.133/2021 (art. 33, inciso IV), sendo aplicável a presente contratação, que por sua vez, envolve serviços técnicos especializados, projetos, consultoria avançada.
- 8.6. Redução de Riscos Contratuais: A avaliação técnica robusta minimiza riscos de inexecução, retrabalho ou inadequação, especialmente no presente contrato que exige alto desempenho ou expertise específica.

### Regime de execução

- 8.7. O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.
- 8.8. A escolha do regime de empreitada por preço global para a contratação de consultoria técnica é justificada pela natureza específica do objeto, que permite a definição clara e detalhada do escopo a ser executado. Esse regime proporciona maior previsibilidade de custos, transfere à contratada a responsabilidade pelo gerenciamento dos recursos necessários e incentiva a eficiência na execução. Além disso, atende ao princípio da economicidade e facilita o controle e fiscalização pela Administração, assegurando a entrega dos resultados pactuados sem onerar o processo com ajustes frequentes ou alterações contratuais.

## Critérios de julgamento das propostas

8.9. Deverão ser julgados na PROPOSTA TÉCNICA quesitos detalhados a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO	MÁXIMA DE PONTOS
N1	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	16
N2	METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO	16
N3	EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE	24
N4	EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA	44

### N1 - CONHECIMENTO DO PROBLEMA – 16 PONTOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO	RUIM	BOM	ÓTIMO	MÁXIMA DE PONTOS
N1.1	Conhecimento geral do objeto deste certame e das atividades a serem executadas	0	2	4	4
N1.2	Conhecimento das atividades a serem desenvolvidas <u>na coordenação e no assessoramento</u> de estudos, planos, programas, modelagens, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos voltados ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá/RJ	0	2	4	4
N1.3	Conhecimento das atividades a serem desenvolvidas <u>na elaboração e no desenvolvimento</u> de estudos, planos, programas, modelagens, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos voltados ao desenvolvimento estratégico integrado do município de Maricá /RJ	0	2	4	4
N1.4	Aspectos relevantes a considerar no desenvolvimento do trabalho: descrição, de forma abrangente, de todos os aspectos considerados relevantes, problemas potenciais e possíveis soluções	0	2	4	4

## N2 - METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO – 16 PONTOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DA PONTUAÇÃO	RUIM	BOM	ÓTIMO	MÁXIMA DE PONTOS
N2.1	Descrição das atividades, tarefas e produtos a serem desenvolvidos na execução dos serviços.	0	2	4	4
N2.2	Estrutura organizacional proposta para a execução dos serviços, responsabilidades das equipes e fluxograma das atividades a serem desenvolvidas.	0	2	4	4
N2.3	Cronograma geral e específico das fases dos serviços, indicando em cada fase, o período total e o período de cada uma das atividades que as compõem.	0	2	4	4
N2.4	Descrição das técnicas e métodos aplicáveis ao desenvolvimento das atividades.	0	2	4	4

## N3 – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE – 24 PONTOS

Serão consideradas as experiências da EMPRESA LICITANTE, referentes às características semelhantes ao objeto, devidamente comprovados através de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com suas respectivas Certidões de Acervo Técnico emitidos por Conselho Profissional, contemplando os quesitos seguintes:

N3	Experiência da Empresa:	Pontos por Atestado	Nº Mínimo Atestado Obrigatório	Pontuação Máxima
N3	<b>Experiência da Empresa:</b> Comprovação da LICITANTE que tem experiência para desempenhar atividade pertinente e compatível com as características objeto desta licitação através da apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da LICITANTE, devidamente registrado no Conselho de Classe Profissional, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho de Classe Profissional, que comprove a execução de serviços e projetos com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, os quais se consideram as parcelas de maior relevância os projetos e serviços listados abaixo para os quais a LICITANTE deverá comprovar qualificação para todos os itens a seguir:			24
N3.1	a) Gerenciamento de Programa	1	1	1
N3.2	b) Elaboração de estudos de Viabilidade	1	1	1
N3.3	c) Elaboração de Orçamento	1	1	1
N3.4	d) Elaboração de projeto de Habitação	1	1	1
N3.5	e) Elaboração de projeto de Infraestrutura, contemplando sistema viários e drenagem	1	1	1



N3	Experiência da Empresa:	Pontos por Atestado	Nº Mínimo Atestado Obrigatório	Pontuação Máxima
N3.6	f) Elaboração de projeto de equipamento da área de Educação	1	1	1
N3.7	g) Elaboração de projeto de equipamento de Saúde	1	1	1
N3.8	h) Elaboração de projeto de equipamento Urbano (campo de futebol e/ou quadra entre outros)	1	1	1
N3.9	i) Elaboração de Plano de Reassentamento de Famílias	1	1	1
N3.10	j) Elaboração de Cadastro Socioeconômico	1	1	1
N3.11	k) Assessoramento Técnico a Obra – ATO	1	1	1
N3.12	l) Elaboração de estudos ou planos de Desenvolvimento Regional, Metropolitano ou Urbano	1	1	1
N3.13	m) Desenvolvimento de Trabalho Técnico Social	1	1	1
N3.14	n) Apoio ao Gerenciamento do Programa de Aliança Público Privada – APP	1	1	1
N3.15	o) Elaboração de projeto de equipamentos Urbanos	1	1	1
N3.16	p) Elaboração de Estudos de Parceria Pública Privada – PPP	1	1	1
N3.17	q) Elaboração de estudos de Operação Urbana Consorciada - OUC	1	1	1
N3.18	r) Elaboração de estudos de Aliança Pública Privada	1	1	1
N3.19	s) Elaboração de Plano de Desenvolvimento	1	1	1
N3.20	t) Elaboração de Estudos Ambientais	1	1	1
N3.21	u) Elaboração de Projetos de Estações de Tratamento de Esgoto - ETE	1	1	1
N3.22	v) Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos	1	1	1
N3.23	w) Elaboração de projeto de redes de água e esgotos	1	1	1
N3.24	x) Elaboração de projeto de sinalização viária	1	1	1

#### N4 – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA – 44 PONTOS

N4	Qualificação da Equipe de Técnica	Pontos por Atestado	Atestados Mínimos Obrigatórios	Pontuação Máxima
N4	<b>Qualificação da Equipe de Técnica:</b> Deverão ser apresentados por meio de atestados seguidos das suas respectivas Certidões de Acervo Técnico.			<b>44</b>
N4.1	Engenheiro Coordenador: Profissional formado em Engenharia Civil, com no mínimo 10 anos de formado e experiência em Coordenação de Gerenciamento Programa e/ou Gerenciamento de Projetos e/ou Gerenciamento de Plano de Desenvolvimento Estratégico			<b>8</b>
N4.1.1	Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada acervo apresentado até o limite de 8,0 (oito) pontos, sendo que pelo menos um acervo deverá ser de Apoio ao Gerenciamento do Programa de APP (Aliança Público Privada)	2	1	8
N4.2	Engenheiro Sênior: Profissional formado em Engenharia Civil, com no mínimo 10 anos de formado e experiência em Coordenação de Gerenciamento Programa e/ou Gerenciamento de Projetos e/ou Gerenciamento de Plano de Desenvolvimento Estratégico			<b>8</b>
N4.2.1	Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada acervo apresentado até o limite de 8,0 (oito) pontos, sendo que pelo menos um acervo deverá ser de Apoio ao Gerenciamento do Programa de APP (Aliança Público Privada)	2	1	8
N4.3	Advogado: profissional com formação em Direito, com experiência em serviços similares ao objeto.			<b>8</b>
N4.3.1	Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada acervo apresentado até o limite de 8,0 (oito) pontos, sendo que pelo menos um acervo deverá ser de Apoio ao Gerenciamento do Programa de APP (Aliança Público Privada)	2	1	8
N4.4	Economista Sênior: profissional com formação em Economia, com experiência em serviços similares ao objeto.			<b>8</b>
N4.4.1	Será pontuado 2,0 (dois) pontos para cada acervo apresentado até o limite de 8,0 (oito) pontos, sendo que pelo menos um acervo deverá ser de Apoio ao Gerenciamento do Programa de APP (Aliança Público Privada)	2	1	8
N4.5	Contador Sênior: profissional com formação em Contabilidade e/ou Administração, com experiência em serviços similares ao objeto.			<b>3</b>
N4.5.1	Será pontuado 1,5 (um e meio) ponto para cada acervo apresentado até o limite de 3 (pontos) pontos	1,5	1	3
N4.6	Analista Ambiental ou Engenheiro Ambiental: profissional com formação em Engenharia Ambiental, com experiência em serviços similares ao objeto.			<b>3</b>

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	56
Rúbrica	

N4	Qualificação da Equipe de Técnica	Pontos por Atestado	Atestados Mínimos Obrigatórios	Pontuação Máxima
N4.6.1	Será pontuado 1,5 (um e meio) ponto para cada acervo apresentado até o limite de 3 (pontos) pontos	1,5	1	3
N4.7	Engenheiro Pleno: profissional com formação em Engenharia Civil, com experiência em serviços similares ao objeto.			<b>3</b>
N4.7.1	Será pontuado 1 (um) ponto para cada acervo apresentado até o limite de 3 (três) pontos	1	1	3
N4.8	Arquiteto Pleno: profissional com formação em Arquitetura, com experiência em serviços similares ao objeto.			<b>3</b>
N4.8.1	Será pontuado 1 (um) ponto para cada acervo apresentado até o limite de 3 (três) pontos	1	1	3

A Nota Técnica Final (NT) de cada licitante será a soma das pontuações obtidas para os itens: Conhecimento Técnico (N1), Metodologia e Plano de Trabalho (N2), Experiência da Empresa (N3) e Experiência da Equipe Técnica (N4), sendo desclassificados os licitantes que obtiverem nota inferior a 70 (setenta) pontos.

$$\text{NOTA TÉCNICA FINAL} = \text{N1} + \text{N2} + \text{N3} + \text{N4}$$

8.10. A Nota de Preço será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{NP} = 100 - ((\text{P0} - \text{Pm}) / (\text{Ve} - \text{Pm})) \times 20$$

Onde:

NP = Nota de Preço obtida pela Licitante;

Ve = Valor estimado pela Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR);

Po = Preço ofertado pela Licitante; e

Pm = Preço mínimo ofertado.

8.11. O JULGAMENTO FINAL obedecerá ao procedimento do tipo "Técnica e Preço", conforme o parágrafo 2º, do artigo 36, da Lei nº 14.133, de 2021, e será vencedora a proposta que, atendendo a todas as condições do Edital e seus componentes, obtiver a maior NOTA FINAL (NF) conforme a fórmula estabelecida a seguir:

$$\text{NF} = (0,7 \times \text{NT}) + (0,3 \times \text{NP})$$

Onde:

NF - Nota Final da licitante

NT - Nota da Proposta Técnica da licitante

NP - Nota da Proposta de Preço Final da licitante

5.60.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	57
Rúbrica	

## Exigências de habilitação

8.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação Jurídica

- 8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	58
Rúbrica	

- 8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.27. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.30. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.31. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.32. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.34. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	59
Rúbrica	

- 8.35. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.36. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.38. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### Qualificação Técnica para Habilitação

- 8.39. Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA - Conselho de Engenharia e Agronomia e/ou CAU – Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, em nome da empresa participante e de seu (s) Responsável (is) Técnico (s), dentro da validade, em atendimento à Resolução CONFEA nº 413 de 20/06/97, Resolução nº 266 de 15/12/79 e Resolução nº 191 de 20/03/70 e Lei Federal nº 12.378/10.
- 8.40. **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:** Comprovação da LICITANTE/PROPONENTE possuir como Responsável Técnico ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo conselho competente, detentor(es) de CERTIDAO(ÕES) DE ACERVO TECNICO, para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, que será feita mediante a apresentação de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo CREA ou CAU, por execução de obra ou serviço, de características semelhantes às do objeto do edital, devendo apresentar no mínimo uma (1) experiência utilização de tecnologia BIM (Building Information Modeling) no gerenciamento e/ou desenvolvimento de projetos, cujas parcelas mais relevantes são:

#### **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Item	Exigência	Nº da CAT
1	Gerenciamento de Programa	
2	Elaboração de estudos de Viabilidade	
3	Elaboração de Orçamento	
4	Elaboração de projeto de Habitação	
5	Elaboração de projeto de Infraestrutura, contemplando sistema viários e drenagem	
6	Elaboração de projeto de equipamento da área de Educação	
7	Elaboração de projeto de equipamento de Saúde	
8	Elaboração de projeto de equipamento Urbano (campo de futebol e/ou quadra entre outros)	



Item	Exigência	Nº da CAT
9	Elaboração de Plano de Reassentamento de Famílias	
10	Elaboração de Cadastro Socioeconômico	
11	Assessoramento Técnico a Obra – ATO	
12	Elaboração de estudos ou planos de Desenvolvimento Regional, Metropolitano ou Urbano	
13	Desenvolvimento de Trabalho Técnico Social	
14	Apoio ao Gerenciamento do Programa de Aliança Público Privada – APP	
15	Elaboração de projeto de equipamentos Urbanos	
16	Elaboração de Estudos de Parceria Pública Privada – PPP	
17	Elaboração de estudos de Operação Urbana Consorciada - OUC	
18	Elaboração de estudos de Aliança Pública Privada	
19	Elaboração de Plano de Desenvolvimento	
20	Elaboração de Estudos Ambientais	
21	Elaboração de Projetos de Estações de Tratamento de Esgoto - ETE	
22	Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos	
23	Elaboração de projeto de redes de água e esgotos	
24	Elaboração de projeto de sinalização viária	

8.41. A comprovação de que o(s) profissional(is) mencionado(s) pertence(m) aos quadros da licitante dar-se-á mediante a apresentação de Contrato Social, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Ficha de Registro, ou contrato de prestação de serviços.

8.42. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) recebida(s) estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.43. **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprovação de aptidão da empresa LICITANTE para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, que será feita mediante a apresentação de Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo CREA ou CAU, por execução de obra ou serviço, de características semelhantes às do objeto do edital, devendo apresentar pelo menos 1 (uma) experiência utilização de tecnologia BIM (Building Information Modeling) no gerenciamento e/ou elaboração de projetos, cujas parcelas mais relevantes são:

#### **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

Item	Exigência	Nº da CAT
1	Gerenciamento de Programa	
2	Elaboração de estudos de Viabilidade	
3	Elaboração de Orçamento	
4	Elaboração de projeto de Habitação	
5	Elaboração de projeto de Infraestrutura, contemplando sistema viários e drenagem	
6	Elaboração de projeto de equipamento da área de Educação	
7	Elaboração de projeto de equipamento de Saúde	

Item	Exigência	Nº da CAT
8	Elaboração de projeto de equipamento Urbano (campo de futebol e/ou quadra entre outros)	
9	Elaboração de Plano de Reassentamento de Famílias	
10	Elaboração de Cadastro Socioeconômico	
11	Assessoramento Técnico a Obra – ATO	
12	Elaboração de estudos ou planos de Desenvolvimento Regional, Metropolitano ou Urbano	
13	Desenvolvimento de Trabalho Técnico Social	
14	Apoio ao Gerenciamento do Programa de Aliança Publico Privada – APP	
15	Elaboração de projeto de equipamentos Urbanos	
16	Elaboração de Estudos de Parceria Publica Privada – PPP	
17	Elaboração de estudos de Operação Urbana Consorciada - OUC	
18	Elaboração de estudos de Aliança Publica Privada	
19	Elaboração de Plano de Desenvolvimento	
20	Elaboração de Estudos Ambientais	
21	Elaboração de Projetos de Estações de Tratamento de Esgoto - ETE	
22	Elaboração de Estudos Hidrológicos e Hidráulicos	
23	Elaboração de projeto de redes de água e esgotos	
24	Elaboração de projeto de sinalização viária	

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 55.896.823,48 (cinquenta e cinco milhões e oitocentos e noventa e seis mil e oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos).
- 9.2. Estão incluídos no valor total estimado dos serviços: tributos, tarifas, encargos sociais e trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais custos que envolvem a prestação dos serviços.
- 9.3. Os custos estão estimados para a execução dos serviços pelo período de 12 meses a contar da expedição da Ordem de Início dos Serviços, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.4. Maiores detalhamentos orçamentários serão especificados em memória de cálculo e planilha orçamentária.
- 9.5. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	62
Rúbrica	

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Autarquia:

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	ORIGEM DE RECURSOS

### ANEXOS:

- Anexo A – Planilha Orçamentária Coordenação e Assessoramento;
- Anexo B – Planilha Orçamentária Estudos e Projetos;
- Anexo C – Planilha Orçamentária Consolidada;
- Anexo D – Cronograma;
- Anexo E – Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de Obra;
- Anexo F – Relatório de Consolidação de Custos Gerais;
- Anexo G – Composição de BDI;
- Anexo H – Links das Instruções Processuais.

Maricá, 06 de dezembro de 2024.

Liliane Costa Soares  
Matrícula 500.196  
CREA 2013126828

Jorge Heleno da Silva Pinto  
Matrícula 500.029

**Presidente da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR**

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	63
Rúbrica	

ANEXO A – Planilha Orçamentária Coordenação e Assessoramento

**ANEXO A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO PARA PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)**

Data Base: julho/2024

Referência: Nova Tabela de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade (Pessoa)	Quantidade (Mês)	Preço Unit. c/ Encargos (R\$/Mês)	Preço Total (R\$)
<b>Equipe Técnica</b>						
P8001	Advogado júnior	Pessoa/Mês	1,00	12	9.347,83	112.173,96
P8002	Advogado pleno	Pessoa/Mês	0,70	12	12.106,89	101.697,88
P8003	Advogado sênior	Pessoa/Mês	0,50	12	21.584,45	129.506,70
P8007	Analista de desenvolvimento de sistemas júnior	Pessoa/Mês	0,50	12	9.472,16	56.832,96
P8008	Analista de desenvolvimento de sistemas pleno	Pessoa/Mês	0,50	12	11.207,76	67.246,56
P8009	Analista de desenvolvimento de sistemas sênior	Pessoa/Mês	0,50	12	18.824,92	112.949,52
P8013	Arquiteto júnior	Pessoa/Mês	4,00	12	22.592,31	1.084.430,88
P8014	Arquiteto pleno	Pessoa/Mês	2,00	12	23.523,20	564.556,80
P8015	Arquiteto sênior	Pessoa/Mês	1,00	12	28.471,09	341.653,08
P8019	Assistente social júnior	Pessoa/Mês	0,50	12	6.977,21	41.863,26
P8020	Assistente social pleno	Pessoa/Mês	0,50	12	8.914,76	53.488,56
P8021	Assistente social sênior	Pessoa/Mês	0,50	12	14.047,34	84.284,04
P8025	Auxiliar	Pessoa/Mês	1,00	12	4.080,50	48.966,00
P8026	Auxiliar administrativo	Pessoa/Mês	1,00	12	4.539,85	54.478,20
P8027	Auxiliar de laboratório	Pessoa/Mês		12	4.356,73	-
P8028	Auxiliar de topografia	Pessoa/Mês		12	4.063,64	-
P8032	Biólogo júnior	Pessoa/Mês		12	6.891,62	-
P8033	Biólogo pleno	Pessoa/Mês		12	8.797,65	-
P8034	Biólogo sênior	Pessoa/Mês		12	14.836,31	-
P8038	Chefe de escritório	Pessoa/Mês	1,00	12	7.051,40	84.616,80
P8040	Contador júnior	Pessoa/Mês		12	8.562,25	-
P8041	Contador pleno	Pessoa/Mês	0,50	12	11.068,04	66.408,24
P8042	Contador sênior	Pessoa/Mês		12	20.394,46	-

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	64
Rúbrica	

P8044	Coordenador ambiental	Pessoa/Mês		12	34.651,08	-
P8045	Economista júnior	Pessoa/Mês	1,00	12	9.528,25	114.339,00
P8046	Economista pleno	Pessoa/Mês	0,70	12	12.356,30	103.792,92
P8047	Economista sênior	Pessoa/Mês	0,50	12	19.679,19	118.075,14
P8054	Engenheiro agrônomo júnior	Pessoa/Mês		12	22.563,40	-
P8055	Engenheiro agrônomo pleno	Pessoa/Mês		12	23.242,06	-
P8056	Engenheiro agrônomo sênior	Pessoa/Mês		12	25.481,76	-
P8057	Engenheiro ambiental júnior	Pessoa/Mês	1,00	12	22.654,07	271.848,84
P8058	Engenheiro ambiental pleno	Pessoa/Mês	1,00	12	22.998,17	275.978,04
P8059	Engenheiro ambiental sênior	Pessoa/Mês	1,00	12	27.612,14	331.345,68
P8060	Engenheiro consultor especial	Pessoa/Mês	2,00	12	40.307,36	967.376,64
P8061	Engenheiro coordenador	Pessoa/Mês	1,00	12	33.767,71	405.212,52
P8062	Engenheiro de pesca júnior	Pessoa/Mês		12	22.691,66	-
P8063	Engenheiro de pesca pleno	Pessoa/Mês		12	23.975,40	-
P8064	Engenheiro de pesca sênior	Pessoa/Mês		12	30.364,86	-
P8065	Engenheiro de projetos júnior	Pessoa/Mês	4,00	12	22.646,50	1.087.032,00
P8066	Engenheiro de projetos pleno	Pessoa/Mês	2,00	12	23.774,68	570.592,32
P8067	Engenheiro de projetos sênior	Pessoa/Mês	1,00	12	29.612,73	355.352,76
P8068	Engenheiro florestal júnior	Pessoa/Mês		12	22.691,66	-
P8069	Engenheiro florestal pleno	Pessoa/Mês		12	23.975,40	-
P8070	Engenheiro florestal sênior	Pessoa/Mês		12	30.364,86	-
P8080	Geólogo júnior	Pessoa/Mês		12	19.027,51	-
P8081	Geólogo pleno	Pessoa/Mês		12	22.461,79	-
P8082	Geólogo sênior	Pessoa/Mês		12	25.896,07	-
P8092	Jornalista júnior	Pessoa/Mês		12	6.622,90	-
P8093	Jornalista pleno	Pessoa/Mês	0,50	12	8.427,55	50.565,30
P8094	Jornalista sênior	Pessoa/Mês		12	15.239,51	-
P8098	Laboratorista	Pessoa/Mês		12	5.370,03	-
P8102	Médico veterinário	Pessoa/Mês		12	22.563,16	-
P8106	Meteorologista júnior	Pessoa/Mês		12	10.491,99	-

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	65
Rúbrica	

P8107	Meteorologista pleno	Pessoa/Mês		12	13.632,54	-
P8108	Meteorologista sênior	Pessoa/Mês		12	22.185,32	-
P8112	Motorista de caminhão	Pessoa/Mês		12	5.334,36	-
P8113	Motorista de veículo leve	Pessoa/Mês	3,00	12	4.859,42	174.939,12
P8117	Oceanógrafo júnior	Pessoa/Mês		12	9.203,25	-
P8118	Oceanógrafo pleno	Pessoa/Mês		12	11.913,90	-
P8119	Oceanógrafo sênior	Pessoa/Mês		12	20.673,69	-
P8129	Pedagogo júnior	Pessoa/Mês		12	5.985,84	-
P8130	Pedagogo pleno	Pessoa/Mês		12	7.543,53	-
P8131	Pedagogo sênior	Pessoa/Mês		12	10.165,82	-
P8135	Secretária	Pessoa/Mês	1,00	12	5.954,23	71.450,76
P8139	Sondador	Pessoa/Mês		12	4.805,42	-
P8143	Técnico ambiental	Pessoa/Mês	1,00	12	6.377,79	76.533,48
P8147	Técnico de obras	Pessoa/Mês		12	6.842,04	-
P8151	Técnico de segurança do trabalho	Pessoa/Mês	1,00	12	9.401,11	112.813,32
P8155	Técnico em geoprocessamento	Pessoa/Mês	1,00	12	6.292,64	75.511,68
P8159	Técnico em informática - programador	Pessoa/Mês	1,00	12	9.492,98	113.915,76
P8163	Topógrafo	Pessoa/Mês		12	5.535,00	-
P8167	Arquivista júnior	Pessoa/Mês		12	5.460,17	-
P8168	Arquivista pleno	Pessoa/Mês	1,00	12	6.858,77	82.305,24
P8169	Arquivista sênior	Pessoa/Mês		12	10.247,24	-
P8173	Administrador júnior	Pessoa/Mês		12	7.069,64	-
P8174	Administrador pleno	Pessoa/Mês	0,50	12	9.052,84	54.317,04
P8175	Administrador sênior	Pessoa/Mês		12	15.412,69	-
P8180	Engenheiro agrimensor júnior	Pessoa/Mês		12	22.656,50	-
P8181	Engenheiro agrimensor pleno	Pessoa/Mês		12	23.260,94	-
P8182	Engenheiro agrimensor sênior	Pessoa/Mês		12	26.561,37	-
P8183	Geógrafo júnior	Pessoa/Mês	2,00	12	8.084,16	194.019,84
P8184	Geógrafo pleno	Pessoa/Mês	1,00	12	10.421,88	125.062,56
P8185	Geógrafo sênior	Pessoa/Mês	1,00	12	19.104,10	229.249,20

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	66
Rúbrica	

P8186	Antropólogo júnior	Pessoa/Mês		12	6.707,84	-
P8187	Antropólogo pleno	Pessoa/Mês		12	8.539,85	-
P8188	Antropólogo sênior	Pessoa/Mês		12	12.445,66	-
P8189	Arqueólogo júnior	Pessoa/Mês		12	6.215,65	-
P8190	Arqueólogo pleno	Pessoa/Mês		12	7.863,04	-
P8191	Arqueólogo sênior	Pessoa/Mês		12	11.394,86	-
P8192	Historiador júnior	Pessoa/Mês		12	8.210,84	-
P8193	Historiador pleno	Pessoa/Mês		12	10.589,55	-
P8194	Historiador sênior	Pessoa/Mês		12	15.793,45	-
P8195	Paleontólogo júnior	Pessoa/Mês		12	6.707,84	-
P8196	Paleontólogo pleno	Pessoa/Mês		12	8.539,85	-
P8197	Paleontólogo sênior	Pessoa/Mês		12	12.445,66	-
P8198	Sociólogo júnior	Pessoa/Mês		12	8.481,94	-
P8199	Sociólogo pleno	Pessoa/Mês	0,50	12	10.950,95	65.705,70
P8200	Sociólogo sênior	Pessoa/Mês		12	15.860,51	-
A) Total Equipe			Subtotal A			9.032.488,30
Despesas Gerais						
E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	hora	3,00	1	6.191,89	18.575,66
E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW (sem motorista)	hora		1	14.723,29	-
E8887	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (com motorista)	hora		1	14.770,74	-
B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	135,00	1	47,70	6.439,50
B8952	Residencial (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês		1	45,83	-
B8953	Escritório	ocupante x mês	45,00	1	463,24	20.845,80
B8954	Residência	ocupante x mês		1	42,41	-
B8955	Laboratório de asfalto	mês		1	5.366,11	-
B8956	Laboratório de concreto	mês		1	4.482,07	-
B8957	Laboratório de solos	mês		1	3.554,26	-
B8958	Topografia	mês			3.998,31	
B8961	Topografia por VANT	mês		1	871,33	





ANEXO B - Projeto Básico – Planilha Orçamentária Estudos e Projetos

**ANEXO B - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)**

Data Base: julho/2024

Referência: Nova Tabela de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade (Pessoa)	Quantidade (Mês)	Preço Unit. c/ Encargos (R\$/Mês)	Preço Total (R\$)
<b>Equipe Técnica</b>						
P8001	Advogado júnior	Pessoa/Mês	4,00	11	9.347,83	411.304,52
P8002	Advogado pleno	Pessoa/Mês	2,00	11	12.106,89	266.351,58
P8003	Advogado sênior	Pessoa/Mês	1,00	11	21.584,45	237.428,95
P8007	Analista de desenvolvimento de sistemas júnior	Pessoa/Mês	2,00	11	9.472,16	208.387,52
P8008	Analista de desenvolvimento de sistemas pleno	Pessoa/Mês	2,00	11	11.207,76	246.570,72
P8009	Analista de desenvolvimento de sistemas sênior	Pessoa/Mês	1,00	11	18.824,92	207.074,12
P8013	Arquiteto júnior	Pessoa/Mês	10,00	11	22.592,31	2.485.154,10
P8014	Arquiteto pleno	Pessoa/Mês	8,00	11	23.523,20	2.070.041,60
P8015	Arquiteto sênior	Pessoa/Mês	6,00	11	28.471,09	1.879.091,94
P8019	Assistente social júnior	Pessoa/Mês	2,00	11	6.977,21	153.498,62
P8020	Assistente social pleno	Pessoa/Mês	1,00	11	8.914,76	98.062,36
P8021	Assistente social sênior	Pessoa/Mês	1,00	11	14.047,34	154.520,74
P8025	Auxiliar	Pessoa/Mês	12,00	11	4.080,50	538.626,00
P8026	Auxiliar administrativo	Pessoa/Mês		11	4.539,85	-
P8027	Auxiliar de laboratório	Pessoa/Mês	6,00	11	4.356,73	287.544,18
P8028	Auxiliar de topografia	Pessoa/Mês	4,00	11	4.063,64	178.800,16
P8032	Biólogo júnior	Pessoa/Mês		11	6.891,62	-
P8033	Biólogo pleno	Pessoa/Mês		11	8.797,65	-
P8034	Biólogo sênior	Pessoa/Mês		11	14.836,31	-
P8038	Chefe de escritório	Pessoa/Mês		11	7.051,40	-
P8040	Contador júnior	Pessoa/Mês		11	8.562,25	-
P8041	Contador pleno	Pessoa/Mês		11	11.068,04	-
P8042	Contador sênior	Pessoa/Mês		11	20.394,46	-

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	69
Rúbrica	

P8044	Coordenador ambiental	Pessoa/Mês		11	34.651,08	-
P8045	Economista júnior	Pessoa/Mês	4,00	11	9.528,25	419.243,00
P8046	Economista pleno	Pessoa/Mês	3,00	11	12.356,30	407.757,90
P8047	Economista sênior	Pessoa/Mês	2,00	11	19.679,19	432.942,18
P8054	Engenheiro agrônomo júnior	Pessoa/Mês		11	22.563,40	-
P8055	Engenheiro agrônomo pleno	Pessoa/Mês		11	23.242,06	-
P8056	Engenheiro agrônomo sênior	Pessoa/Mês		11	25.481,76	-
P8057	Engenheiro ambiental júnior	Pessoa/Mês	6,00	11	22.654,07	1.495.168,62
P8058	Engenheiro ambiental pleno	Pessoa/Mês	4,00	11	22.998,17	1.011.919,48
P8059	Engenheiro ambiental sênior	Pessoa/Mês	2,00	11	27.612,14	607.467,08
P8060	Engenheiro consultor especial	Pessoa/Mês	3,00	11	40.307,36	1.330.142,88
P8061	Engenheiro coordenador	Pessoa/Mês		11	33.767,71	-
P8062	Engenheiro de pesca júnior	Pessoa/Mês		11	22.691,66	-
P8063	Engenheiro de pesca pleno	Pessoa/Mês		11	23.975,40	-
P8064	Engenheiro de pesca sênior	Pessoa/Mês		11	30.364,86	-
P8065	Engenheiro de projetos júnior	Pessoa/Mês	12,00	11	22.646,50	2.989.338,00
P8066	Engenheiro de projetos pleno	Pessoa/Mês	10,00	11	23.774,68	2.615.214,80
P8067	Engenheiro de projetos sênior	Pessoa/Mês	8,00	11	29.612,73	2.605.920,24
P8068	Engenheiro florestal júnior	Pessoa/Mês		11	22.691,66	-
P8069	Engenheiro florestal pleno	Pessoa/Mês		11	23.975,40	-
P8070	Engenheiro florestal sênior	Pessoa/Mês		11	30.364,86	-
P8080	Geólogo júnior	Pessoa/Mês		11	19.027,51	-
P8081	Geólogo pleno	Pessoa/Mês		11	22.461,79	-
P8082	Geólogo sênior	Pessoa/Mês		11	25.896,07	-
P8092	Jornalista júnior	Pessoa/Mês		11	6.622,90	-
P8093	Jornalista pleno	Pessoa/Mês		11	8.427,55	-
P8094	Jornalista sênior	Pessoa/Mês		11	15.239,51	-
P8098	Laboratorista	Pessoa/Mês	2,00	11	5.370,03	118.140,66
P8102	Médico veterinário	Pessoa/Mês		11	22.563,16	-
P8106	Meteorologista júnior	Pessoa/Mês		11	10.491,99	-

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	70
Rúbrica	

P8107	Meteorologista pleno	Pessoa/Mês		11	13.632,54	-
P8108	Meteorologista sênior	Pessoa/Mês		11	22.185,32	-
P8112	Motorista de caminhão	Pessoa/Mês		11	5.334,36	-
P8113	Motorista de veículo leve	Pessoa/Mês		11	4.859,42	-
P8117	Oceanógrafo júnior	Pessoa/Mês		11	9.203,25	-
P8118	Oceanógrafo pleno	Pessoa/Mês		11	11.913,90	-
P8119	Oceanógrafo sênior	Pessoa/Mês		11	20.673,69	-
P8129	Pedagogo júnior	Pessoa/Mês		11	5.985,84	-
P8130	Pedagogo pleno	Pessoa/Mês		11	7.543,53	-
P8131	Pedagogo sênior	Pessoa/Mês		11	10.165,82	-
P8135	Secretária	Pessoa/Mês		11	5.954,23	-
P8139	Sondador	Pessoa/Mês	1,00	11	4.805,42	52.859,62
P8143	Técnico ambiental	Pessoa/Mês	2,00	11	6.377,79	140.311,38
P8147	Técnico de obras	Pessoa/Mês		11	6.842,04	-
P8151	Técnico de segurança do trabalho	Pessoa/Mês		11	9.401,11	-
P8155	Técnico em geoprocessamento	Pessoa/Mês	1,00	11	6.292,64	69.219,04
P8159	Técnico em informática - programador	Pessoa/Mês	1,00	11	9.492,98	104.422,78
P8163	Topógrafo	Pessoa/Mês	2,00	11	5.535,00	121.770,00
P8167	Arquivista júnior	Pessoa/Mês		11	5.460,17	-
P8168	Arquivista pleno	Pessoa/Mês		11	6.858,77	-
P8169	Arquivista sênior	Pessoa/Mês		11	10.247,24	-
P8173	Administrador júnior	Pessoa/Mês		11	7.069,64	-
P8174	Administrador pleno	Pessoa/Mês		11	9.052,84	-
P8175	Administrador sênior	Pessoa/Mês		11	15.412,69	-
P8180	Engenheiro agrimensor júnior	Pessoa/Mês		11	22.656,50	-
P8181	Engenheiro agrimensor pleno	Pessoa/Mês		11	23.260,94	-
P8182	Engenheiro agrimensor sênior	Pessoa/Mês		11	26.561,37	-
P8183	Geógrafo júnior	Pessoa/Mês	6,00	11	8.084,16	533.554,56
P8184	Geógrafo pleno	Pessoa/Mês	4,00	11	10.421,88	458.562,72
P8185	Geógrafo sênior	Pessoa/Mês	2,00	11	19.104,10	420.290,20

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	71
Rúbrica	

P8186	Antropólogo júnior	Pessoa/Mês		11	6.707,84	-
P8187	Antropólogo pleno	Pessoa/Mês		11	8.539,85	-
P8188	Antropólogo sênior	Pessoa/Mês		11	12.445,66	-
P8189	Arqueólogo júnior	Pessoa/Mês		11	6.215,65	-
P8190	Arqueólogo pleno	Pessoa/Mês		11	7.863,04	-
P8191	Arqueólogo sênior	Pessoa/Mês		11	11.394,86	-
P8192	Historiador júnior	Pessoa/Mês		11	8.210,84	-
P8193	Historiador pleno	Pessoa/Mês		11	10.589,55	-
P8194	Historiador sênior	Pessoa/Mês		11	15.793,45	-
P8195	Paleontólogo júnior	Pessoa/Mês		11	6.707,84	-
P8196	Paleontólogo pleno	Pessoa/Mês		11	8.539,85	-
P8197	Paleontólogo sênior	Pessoa/Mês		11	12.445,66	-
P8198	Sociólogo júnior	Pessoa/Mês	2,00	11	8.481,94	186.602,68
P8199	Sociólogo pleno	Pessoa/Mês	1,00	11	10.950,95	120.460,45
P8200	Sociólogo sênior	Pessoa/Mês	1,00	11	15.860,51	174.465,61
A) Total Equipe			Subtotal A 25.838.230,99			
Despesas Gerais						
E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	hora			6.191,89	-
E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW (sem motorista)	hora			14.723,29	-
E8887	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (com motorista)	hora			14.770,74	-
B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	387,00	11	47,70	203.058,90
B8952	Residencial (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês			45,83	-
B8953	Escritório	ocupante x mês	129,00	11	463,24	657.337,56
B8954	Residência	ocupante x mês			42,41	-
B8955	Laboratório de asfalto	mês	1,00	11	5.366,11	59.027,21
B8956	Laboratório de concreto	mês	1,00	11	4.482,07	49.302,77
B8957	Laboratório de solos	mês	1,00	11	3.554,26	39.096,86
B8958	Topografia	mês	1,00	11	3.998,31	43.981,41
B8961	Topografia por VANT	mês	1,00	11	871,33	9.584,63



ANEXO C – Planilha Orçamentária Consolidada

**ANEXO C - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO PARA PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)	un.	1	R\$ 13.846.000,02	R\$ 13.846.000,02
2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)	un.	1	R\$ 42.050.823,46	R\$ 42.050.823,46
<b>Total</b>					<b>R\$ 55.896.823,48</b>



ANEXO D – Cronograma Físico Financeiro

**ANEXO D - CRONOGRAMA**

Produto	Mês (R\$)					
	1	2	3	4	5	6
Produto A	1.153.833,3 4	1.153.833,3 4	1.153.833,34	1.153.833,3 4	1.153.833,34	1.153.833,3 4
Produto B		3.822.802,1 3	3.822.802,13	3.822.802,1 3	3.822.802,13	3.822.802,1 3
<b>Somatório</b>						
Total (R\$)	1.153.833,3 4	4.976.635,4 7	4.976.635,47	4.976.635,4 7	4.976.635,47	4.976.635,4 7
Total Acumulado (R\$)	1.153.833,3 4	6.130.468,8 0	11.107.104,2 7	16.083.739, 74	21.060.375,2 1	26.037.010, 67

Produto	Mês (R\$)						Total (R\$)
	7	8	9	10	11	12	
Produto A	1.153.833,3 4	1.153.833,3 4	1.153.833,34	1.153.833,3 4	1.153.833,34	1.153.833,3 4	13.846.000, 02
Produto B	3.822.802,1 3	3.822.802,1 3	3.822.802,13	3.822.802,1 3	3.822.802,13	3.822.802,1 3	42.050.823, 46
<b>Somatório</b>							
Total (R\$)	4.976.635,4 7	4.976.635,4 7	4.976.635,47	4.976.635,4 7	4.976.635,47	4.976.635,4 7	55.896.823, 48
Total Acumulado (R\$)	31.013.646, 14	35.990.281, 61	40.966.917,0 8	45.943.552, 54	50.920.188,0 1	55.896.823, 48	

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	75
Rúbrica	

## ANEXO E – Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de Obra

### ANEXO E - RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DOS CUSTOS DE MÃO DE OBRA

Tabela 1 - Consolidação dos custos de mão de obra - Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: julho de 2024

Código o Engen haria Consu ltiva	Categoria	Un id.	Salá rio	Enca rgos Socia is %	Enca rgos Socia is (R\$)	Encargos Complementares										Encargos Adicionais						Encargos Totais		Valo r Total
						Alimenta ção		EPI		Ferram enta		Transpor te		Exam. Ocupacio nal		Cesta Básica		Assistênc ia Médica		Seguro de Vida				
						%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
P8001	Advogado júnior	m ês	4.616 ,38	79,30 %	3.660,79	15,96 %	736,74	0,55 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,06 %	2,95	0,00 %	0,00	6,40 %	295,48	0,22 %	9,98	102,49 %	4.731,45	9.347,83
P8002	Advogado pleno	m ês	6.155 ,17	79,30 %	4.881,05	11,97 %	736,74	0,41 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,05 %	2,95	0,00 %	0,00	4,80 %	295,48	0,16 %	9,98	96,69 %	5.951,71	12.106,89
P8003	Advogado sênior	m ês	11.441 ,04	79,30 %	9.072,75	6,44 %	736,74	0,22 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,03 %	2,95	0,00 %	0,00	2,58 %	295,48	0,09 %	9,98	88,66 %	10.143,41	21.584,45
P8007	Analista de desenvolvi mento de sistemas júnior	m ês	4.690 ,87	79,63 %	3.735,34	15,71 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,08 %	3,74	0,00 %	0,00	6,30 %	295,48	0,21 %	9,98	101,93 %	4.781,28	9.472,16
P8008	Analista de desenvolvi mento de sistemas pleno	m ês	5.657 ,08	79,63 %	4.504,74	13,02 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,07 %	3,74	0,00 %	0,00	5,22 %	295,48	0,18 %	9,98	98,12 %	5.550,68	11.207,76
P8009	Analista de desenvolvi mento de sistemas sênior	m ês	9.897 ,56	79,63 %	7.881,43	7,44 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,04 %	3,74	0,00 %	0,00	2,99 %	295,48	0,10 %	9,98	90,20 %	8.927,37	18.824,92
P8013	Arquiteto júnior	m ês	12.002 ,00	79,32 %	9.519,99	6,14 %	736,74	0,21 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,02 %	2,61	0,00 %	0,00	2,46 %	295,48	0,08 %	9,98	88,24 %	10.590,31	22.592,31
P8014	Arquiteto pleno	m ês	12.521 ,12	79,32 %	9.931,75	5,88 %	736,74	0,20 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,02 %	2,61	0,00 %	0,00	2,36 %	295,48	0,08 %	9,98	87,87 %	11.002,08	23.523,20
P8015	Arquiteto sênior	m ês	15.280 ,37	79,32 %	12.120,39	4,82 %	736,74	0,17 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,02 %	2,61	0,00 %	0,00	1,93 %	295,48	0,07 %	9,98	86,32 %	13.190,72	28.471,09
P8019	Assistente social júnior	m ês	3.264 ,91	80,16 %	2.617,15	22,57 %	736,74	0,78 %	25,51	0,00 %	0,00	0,71 %	23,14	0,13 %	4,29	0,00 %	0,00	9,05 %	295,48	0,31 %	9,98	113,70 %	3.712,30	6.977,21
P8020	Assistente social pleno	m ês	4.353 ,21	80,16 %	3.489,54	16,92 %	736,74	0,59 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,10 %	4,29	0,00 %	0,00	6,79 %	295,48	0,23 %	9,98	104,79 %	4.561,55	8.914,76
P8021	Assistente social sênior	m ês	7.202 ,11	80,16 %	5.773,22	10,23 %	736,74	0,35 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,06 %	4,29	0,00 %	0,00	4,10 %	295,48	0,14 %	9,98	95,04 %	6.845,22	14.047,34
P8025	Auxiliar	m ês	1.583 ,76	81,56 %	1.291,72	46,52 %	736,74	1,96 %	31,06	0,10 %	1,59	7,83 %	124,01	0,39 %	6,15	0,00 %	0,00	18,66 %	295,48	0,63 %	9,98	157,65 %	2.496,73	4.080,50
P8026	Auxiliar administrati vo	m ês	1.880 ,26	80,17 %	1.507,40	39,18 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	5,62 %	106,22	0,27 %	3,76	0,00 %	0,00	15,77 %	295,48	0,53 %	9,98	141,45 %	2.659,59	4.539,85
P8027	Auxiliar de laboratório	m ês	1.753 ,34	80,36 %	1.408,99	42,02 %	736,74	1,77 %	31,06	0,19 %	3,28	6,49 %	113,83	0,23 %	4,02	0,00 %	0,00	16,85 %	295,48	0,57 %	9,98	148,48 %	2.603,38	4.356,73
P8028	Auxiliar de topografia	m ês	1.583 ,76	80,62 %	1.276,83	46,52 %	736,74	1,96 %	31,06	0,19 %	1,39	7,83 %	124,01	0,28 %	4,39	0,00 %	0,00	18,66 %	295,48	0,63 %	9,98	156,58 %	2.479,88	4.063,64
P8032	Biólogo júnior	m ês	3.224 ,68	79,70 %	2.570,07	22,85 %	736,74	0,75 %	25,51	0,00 %	0,00	0,75 %	25,51	0,16 %	3,60	0,00 %	0,00	9,16 %	295,48	0,39 %	9,98	113,71 %	3.666,94	6.891,62
P8033	Biólogo pleno	m ês	4.299 ,57	79,70 %	3.426,76	17,14 %	736,74	0,55 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	8,60 %	3,00	0,00 %	0,00	6,87 %	295,48	0,23 %	9,98	104,62 %	4.498,08	8.797,65
P8034	Biólogo sênior	m ês	7.659 ,98	79,70 %	6.105,01	9,62 %	736,74	0,33 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	5,60 %	3,00	0,00 %	0,00	3,86 %	295,48	0,19 %	9,98	93,69 %	7.176,33	14.836,31
P8038	Chefe de escritório	m ês	3.337 ,76	79,39 %	2.649,85	22,07 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,56 %	18,77	0,08 %	2,81	0,00 %	0,00	8,85 %	295,48	0,39 %	9,98	111,26 %	3.713,63	7.051,40
P8040	Contador júnior	m ês	4.191 ,21	79,36 %	3.326,15	17,58 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	6,69 %	2,00	0,00 %	0,00	7,05 %	295,48	0,24 %	9,98	104,29 %	4.371,04	8.562,25
P8041	Contador pleno	m ês	5.588 ,28	79,36 %	4.434,86	13,18 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,05 %	2,69	0,00 %	0,00	5,29 %	295,48	0,19 %	9,98	98,06 %	5.479,76	11.068,04
P8042	Contador sênior	m ês	10.788 ,12	79,36 %	8.561,45	6,83 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,26 %	2,69	0,00 %	0,00	2,74 %	295,48	0,09 %	9,98	89,05 %	9.606,34	20.394,46
P8044	Coordenad or ambiental	m ês	18.689 ,66	79,68 %	14.891,92	3,94 %	736,74	0,12 %	23,30	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,29 %	3,98	0,00 %	0,00	1,58 %	295,48	0,09 %	9,98	85,40 %	15.961,41	34.651,08
P8045	Economist a júnior	m ês	4.750 ,10	78,61 %	3.734,05	15,51 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,49 %	1,90	0,00 %	0,00	6,22 %	295,48	0,21 %	9,98	100,59 %	4.778,15	9.528,25
P8046	Economist a pleno	m ês	6.333 ,46	78,61 %	4.978,74	11,63 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,39 %	1,90	0,00 %	0,00	4,67 %	295,48	0,19 %	9,98	95,01 %	6.022,84	12.356,30
P8047	Economist a sênior	m ês	10.433 ,39	78,61 %	8.201,69	7,06 %	736,74	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,29 %	1,90	0,00 %	0,00	2,83 %	295,48	0,19 %	9,98	88,62 %	9.245,79	19.679,19
P8054	Engenheiro agrônomo júnior	m ês	12.002 ,00	79,08 %	9.491,18	6,14 %	736,74	0,21 %	25,51	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,02 %	2,50	0,00 %	0,00	2,46 %	295,48	0,08 %	9,98	88,00 %	10.561,40	22.563,40

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	76
Rúbrica	

P8055	Engenheiro agrônomo pleno	mês	12.38 0,97	79,08 %	9.790,87	5,95 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	0,0 2%	2,50	0,0 0%	0,0 0%	2,39 %	295,48	0,0 8%	9,98	87,7 2%	10.86 1,09	23.24 2,06
P8056	Engenheiro agrônomo sênior	mês	13.63 1,64	79,08 %	10.779,90	5,40 %	736,74	0,1 9%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,50	0,0 0%	0,0 0%	2,17 %	295,48	0,0 7%	9,98	86,9 3%	11.85 0,12	25.48 1,76	
P8057	Engenheiro ambiental júnior	mês	12.00 2,00	79,82 %	9.580,00	6,14 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,35	0,0 0%	0,0 0%	2,46 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,7 5%	10.65 2,07	22.65 4,07	
P8058	Engenheiro ambiental pleno	mês	12.19 3,36	79,82 %	9.732,74	6,04 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,35	0,0 0%	0,0 0%	2,42 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,6 1%	10.80 4,81	22.99 8,17	
P8059	Engenheiro ambiental sênior	mês	14.75 9,24	79,82 %	11.780,83	4,99 %	736,74	0,1 7%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,35	0,0 0%	0,0 0%	2,00 %	295,48	0,0 7%	9,98	87,0 8%	12.85 2,90	27.61 2,14	
P8060	Engenheiro consultor especial	mês	21.82 7,91	79,76 %	17.409,94	3,38 %	736,74	0,1 1%	23,30	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,99	0,0 0%	0,0 0%	1,35 %	295,48	0,0 5%	9,98	84,6 6%	18.47 9,44	40.30 7,36	
P8061	Engenheiro coordenador	mês	18.18 9,93	79,76 %	14.508,29	4,05 %	736,74	0,1 3%	23,30	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,99	0,0 0%	0,0 0%	1,62 %	295,48	0,0 5%	9,98	85,6 4%	15.57 7,78	33.76 7,71	
P8062	Engenheiro de pesca júnior	mês	12.00 2,00	80,13 %	9.617,20	6,14 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,74	0,0 0%	0,0 0%	2,46 %	295,48	0,0 8%	9,98	89,0 7%	10.68 9,66	22.69 1,66	
P8063	Engenheiro de pesca pleno	mês	12.71 4,67	80,13 %	10.188,27	5,79 %	736,74	0,2 0%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,74	0,0 0%	0,0 0%	2,32 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,5 6%	11.26 0,73	23.97 5,40	
P8064	Engenheiro de pesca sênior	mês	16.26 1,81	80,13 %	13.030,59	4,53 %	736,74	0,1 6%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,74	0,0 0%	0,0 0%	1,82 %	295,48	0,0 6%	9,98	86,7 3%	14.10 3,05	30.36 4,86	
P8065	Engenheiro de projetos júnior	mês	12.00 2,00	79,76 %	9.572,80	6,14 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,99	0,0 0%	0,0 0%	2,46 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,6 9%	10.64 4,50	22.64 6,50	
P8066	Engenheiro de projetos pleno	mês	12.62 9,60	79,76 %	10.073,37	5,83 %	736,74	0,2 0%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,99	0,0 0%	0,0 0%	2,34 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,2 5%	11.14 5,08	23.77 4,68	
P8067	Engenheiro de projetos sênior	mês	15.87 7,29	79,76 %	12.663,73	4,64 %	736,74	0,1 6%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,99	0,0 0%	0,0 0%	1,86 %	295,48	0,0 6%	9,98	86,5 1%	13.73 5,44	29.61 2,73	
P8068	Engenheiro florestal júnior	mês	12.00 2,00	80,13 %	9.617,20	6,14 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,74	0,0 0%	0,0 0%	2,46 %	295,48	0,0 8%	9,98	89,0 7%	10.68 9,66	22.69 1,66	
P8069	Engenheiro florestal pleno	mês	12.71 4,67	80,13 %	10.188,27	5,79 %	736,74	0,2 0%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,74	0,0 0%	0,0 0%	2,32 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,5 6%	11.26 0,73	23.97 5,40	
P8070	Engenheiro florestal sênior	mês	16.26 1,81	80,13 %	13.030,59	4,53 %	736,74	0,1 6%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	4,74	0,0 0%	0,0 0%	1,82 %	295,48	0,0 6%	9,98	86,7 3%	14.10 3,05	30.36 4,86	
P8080	Geólogo júnior	mês	10.00 4,50	80,08 %	8.011,60	6,77 %	677,01	0,2 6%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,42	0,0 0%	0,0 0%	2,95 %	295,48	0,1 0%	9,98	90,1 9%	9.023 ,01	19.02 7,51	
P8081	Geólogo pleno	mês	11.91 1,59	80,08 %	9.538,80	5,68 %	677,01	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,42	0,0 0%	0,0 0%	2,48 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,5 7%	10.55 0,20	22.46 1,79	
P8082	Geólogo sênior	mês	13.81 8,68	80,08 %	11.066,00	4,90 %	677,01	0,1 8%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,42	0,0 0%	0,0 0%	2,14 %	295,48	0,0 7%	9,98	87,4 0%	12.07 7,40	25.89 6,07	
P8092	Jornalista júnior	mês	3.073 ,16	79,55 %	2.444,70	23,9 7%	736,74	0,8 3%	25,51	0,0 0%	0,1 3%	34,64	0,0 9%	2,68	0,0 0%	0,0 0%	9,61 %	295,48	0,3 2%	9,98	115,51%	3.549 ,74	6.622 ,90
P8093	Jornalista pleno	mês	4.097 ,55	79,55 %	3.259,60	17,9 8%	736,74	0,6 2%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,68	0,0 0%	0,0 0%	7,21 %	295,48	0,2 4%	9,98	105,67%	4.330 ,00	8.427 ,55	
P8094	Jornalista sênior	mês	7.891 ,46	79,55 %	6.277,65	9,34 7%	736,74	0,3 2%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,68	0,0 0%	0,0 0%	3,74 %	295,48	0,1 3%	9,98	93,11%	7.348 ,05	15.23 9,51	
P8098	Laboratorista	mês	2.337 ,79	80,36 %	1.878,65	31,5 1%	736,74	1,2 2%	28,60	0,0 0%	0,0 0%	3,37	78,02	0,1 7%	4,02	0,0 0%	12,64 %	295,48	0,4 3%	9,98	129,71%	3.032 ,24	5.370 ,03
P8102	Médico veterinário	mês	12.00 2,00	79,08 %	9.491,18	6,14 %	736,74	0,2 1%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,26	0,0 0%	0,0 0%	2,46 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,0 0%	10.56 1,16	22.56 3,16	
P8106	Meteorologista júnior	mês	5.253 ,81	79,33 %	4.167,84	14,0 2%	736,74	0,4 9%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,63	0,0 0%	0,0 0%	5,62 %	295,48	0,1 9%	9,98	99,70%	5.238 ,19	10.49 1,99	
P8107	Meteorologista pleno	mês	7.005 ,07	79,33 %	5.557,12	10,5 2%	736,74	0,3 6%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,63	0,0 0%	0,0 0%	4,22 %	295,48	0,1 4%	9,98	94,61%	6.627 ,47	13.63 2,54	
P8108	Meteorologista sênior	mês	11.77 4,37	79,33 %	9.340,61	6,26 %	736,74	0,2 2%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	2,63	0,0 0%	0,0 0%	2,51 %	295,48	0,0 8%	9,98	88,42%	10.41 0,95	22.18 5,32	
P8112	Motorista de caminhão	mês	2.332 ,40	80,57 %	1.879,21	30,1 4%	702,89	1,3 3%	31,06	0,0 0%	0,0 0%	3,39	79,09	0,1 8%	4,24	0,0 0%	12,67 %	295,48	0,4 3%	9,98	128,71%	3.001 ,96	5.334 ,36
P8113	Motorista de veículo leve	mês	2.065 ,77	80,13 %	1.655,30	34,0 3%	702,89	1,5 0%	31,06	0,0 0%	0,0 0%	4,69	95,09	0,1 9%	3,85	0,0 0%	14,30 %	295,48	0,4 8%	9,98	135,24%	2.793 ,65	4.859 ,42
P8117	Oceanógrafo júnior	mês	4.510 ,24	80,30 %	3.621,72	16,3 3%	736,74	0,5 7%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,57	0,0 0%	0,0 0%	6,55 %	295,48	0,2 9%	9,98	104,05%	4.693 ,01	9.203 ,25	
P8118	Oceanógrafo pleno	mês	6.013 ,65	80,30 %	4.828,96	12,2 5%	736,74	0,4 2%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,57	0,0 0%	0,0 0%	4,91 %	295,48	0,1 7%	9,98	98,11%	5.900 ,25	11.91 3,90	
P8119	Oceanógrafo sênior	mês	10.87 2,11	80,30 %	8.730,30	6,78 %	736,74	0,2 3%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	3,57	0,0 0%	0,0 0%	2,72 %	295,48	0,0 9%	9,98	90,15%	9.801 ,59	20.67 3,69	
P8129	Pedagogo júnior	mês	2.507 ,29	92,38 %	2.316,24	29,3 8%	736,74	1,0 2%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	2,74	68,59	1,0 4%	26,00	0,0 0%	11,77 %	295,48	0,4 9%	9,98	138,74%	3.478 ,55	5.985 ,84
P8130	Pedagogo pleno	mês	3.343 ,06	92,38 %	3.088,31	22,0 4%	736,74	0,7 6%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,55	18,45	0,7 5%	26,00	0,0 0%	8,84 %	295,48	0,3 9%	9,98	125,65%	4.200 ,48	7.543 ,53
P8131	Pedagogo sênior	mês	4.715 ,72	92,38 %	4.356,38	15,6 2%	736,74	0,5 4%	25,51	0,0 0%	0,0 0%	0,0 0%	0,55	0,0 0%	0,0 0%	6,27 %	295,48	0,2 1%	9,98	115,57%	5.450 ,10	10.16 5,82	
P8135	Secretária	mês	2.697 ,38	79,84 %	2.153,59	27,3 1%	736,74	0,0 0%	0,00	0,0 0%	0,0 0%	2,19	57,19	0,1 4%	3,87	0,0 0%	10,95 %	295,48	0,3 7%	9,98	120,74%	3.256 ,85	5.954 ,23

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	77
Rúbrica	

P8139	Sondador	m ês	2.017 ,39	80,04 %	1.614, 72	36,5 2%	736 ,74	1,4 2%	28, 60	0,0 0%	0, 00	4,8 6%	97,9 9	0,2 2%	4, 51	0,0 0%	0, 00	14,6 5%	295 ,48	0,4 9%	9, 98	138, 20%	2.788 ,02	4.805 ,42
P8143	Técnico ambiental	m ês	2.911 ,08	80,64 %	2.347, 49	25,3 1%	736 ,74	0,9 8%	28, 60	0,0 0%	0, 00	1,5 2%	44,3 7	0,1 4%	4, 05	0,0 0%	0, 00	10,1 5%	295 ,48	0,3 4%	9, 98	119, 09%	3.466 ,71	6.377 ,79
P8147	Técnico de obras	m ês	3.184 ,90	80,21 %	2.554, 61	23,1 3%	736 ,74	0,9 0%	28, 60	0,0 0%	0, 00	0,8 8%	27,9 4	0,1 2%	3, 80	0,0 0%	0, 00	9,28 ,48	295 ,48	0,3 1%	9, 98	114, 83%	3.657 ,15	6.842 ,04
P8151	Técnico de segurança do trabalho	m ês	4.601 ,83	80,92 %	3.723, 80	16,0 1%	736 ,74	0,6 2%	28, 60	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 0%	4, 67	0,0 0%	0, 00	6,42 %	295 ,48	0,2 2%	9, 98	104, 29%	4.799 ,28	9.401 ,11
P8155	Técnico em geoprocessamento	m ês	2.879 ,59	79,61 %	2.292, 44	25,5 8%	736 ,74	0,9 9%	28, 60	0,0 0%	0, 00	1,6 1%	46,2 6	0,1 2%	3, 53	0,0 0%	0, 00	10,2 6%	295 ,48	0,3 5%	9, 98	118, 53%	3.413 ,04	6.292 ,64
P8159	Técnico em informática - programador	m ês	4.690 ,87	80,08 %	3.756, 45	15,7 1%	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 7%	3, 45	0,0 0%	0, 00	6,30 %	295 ,48	0,2 1%	9, 98	102, 37%	4.802 ,10	9.492 ,98
P8163	Topógrafo	m ês	2.428 ,57	80,62 %	1.957, 92	30,3 4%	736 ,74	1,1 8%	28, 60	0,0 0%	0, 00	3,0 2%	73,3 2	0,1 8%	4, 39	0,0 0%	0, 00	12,1 7%	295 ,48	0,4 1%	9, 98	127, 91%	3.106 ,43	5.535 ,00
P8167	Arquivista júnior	m ês	2.411 ,93	79,96 %	1.928, 58	30,5 5%	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	3,0 8%	74,3 2	0,1 3%	3, 15	0,0 0%	0, 00	12,2 5%	295 ,48	0,4 1%	9, 98	126, 38%	3.048 ,25	5.460 ,17
P8168	Arquivista pleno	m ês	3.215 ,90	79,96 %	2.571, 43	22,9 1%	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	0,8 1%	26,0 8	0,1 15	3, 00	0,0 0%	0, 00	9,19 %	295 ,48	0,3 9%	9, 98	113, 28%	3.642 ,87	6.858 ,77
P8169	Arquivista sênior	m ês	5.113 ,29	79,96 %	4.088, 59	14,4 1%	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 6%	3, 15	0,0 0%	0, 00	5,78 ,48	295 ,48	0,2 9%	9, 98	100, 40%	5.133 ,95	10.24 ,72
P8173	Administrador júnior	m ês	3.341 ,10	79,74 %	2.664, 19	22,0 5%	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	0,5 6%	18,5 7	0,1 1%	3, 58	0,0 0%	0, 00	8,84 %	295 ,48	0,3 0%	9, 98	111, 60%	3.728 ,54	7.069 ,64
P8174	Administrador pleno	m ês	4.454 ,80	79,74 %	3.552, 26	16,5 4%	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 8%	3, 00	0,0 0%	0, 00	6,63 ,48	295 ,48	0,2 9%	9, 98	103, 22%	4.598 ,04	9.052 ,84
P8175	Administrador sênior	m ês	7.993 ,16	79,74 %	6.373, 75	9,22 %	736 ,74	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 4%	3, 58	0,0 0%	0, 00	3,70 ,48	295 ,48	0,1 2%	9, 98	92,8 2%	7.419 ,53	15.41 ,26
P8180	Engenheiro agrimensor júnior	m ês	12.00 2,00	79,84 %	9.582, 40	6,14 %	736 ,74	0,2 1%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 4%	4, 39	0,0 0%	0, 00	2,46 %	295 ,48	0,8 9%	9, 98	88,7 7%	10.65 ,45	22.65 ,60
P8181	Engenheiro agrimensor pleno	m ês	12.33 8,10	79,84 %	9.850, 74	5,97 %	736 ,74	0,2 1%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 4%	4, 39	0,0 0%	0, 00	2,39 %	295 ,48	0,0 8%	9, 98	88,5 3%	10.92 ,84	23.26 ,09
P8182	Engenheiro agrimensor sênior	m ês	14.17 3,30	79,84 %	11.31 5,96	5,20 %	736 ,74	0,1 1%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 3%	4, 39	0,0 0%	0, 00	2,08 %	295 ,48	0,7 9%	9, 98	87,4 0%	12.38 ,07	26.56 ,13
P8183	Geógrafo júnior	m ês	3.904 ,44	79,62 %	3.108, 72	18,8 7%	736 ,74	0,6 5%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 8%	3, 29	0,0 0%	0, 00	7,57 ,48	295 ,48	0,2 6%	9, 98	107, 05%	4.179 ,72	8.084 ,16
P8184	Geógrafo pleno	m ês	5.205 ,92	79,62 %	4.144, 96	14,1 5%	736 ,74	0,4 9%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 6%	3, 29	0,0 0%	0, 00	5,68 %	295 ,48	0,1 9%	9, 98	100, 19%	5.215 ,96	10.42 ,88
P8185	Geógrafo sênior	m ês	10.03 9,58	79,62 %	7.993, 51	7,34 %	736 ,74	0,2 5%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 3%	3, 29	0,0 0%	0, 00	2,94 ,48	295 ,48	0,1 9%	9, 98	90,2 9%	9.064 ,52	19.10 ,40
P8186	Antropólogo júnior	m ês	3.075 ,80	82,05 %	2.523, 70	23,9 5%	736 ,74	0,8 3%	25, 51	0,0 0%	0, 00	1,1 2%	34 ,48	0,2 0%	6, 14	0,0 0%	0, 00	9,61 ,48	295 ,48	0,3 2%	9, 98	118, 08%	3.632 ,03	6.707 ,84
P8187	Antropólogo pleno	m ês	4.101 ,07	82,05 %	3.364, 93	17,9 6%	736 ,74	0,6 2%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 5%	6, 14	0,0 0%	0, 00	7,20 %	295 ,48	0,2 4%	9, 98	108, 23%	4.438 ,78	8.539 ,85
P8188	Antropólogo sênior	m ês	6.246 ,53	82,05 %	5.125, 28	11,7 9%	736 ,74	0,4 1%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 0%	6, 14	0,0 0%	0, 00	4,73 ,48	295 ,48	0,1 6%	9, 98	99,2 4%	6.199 ,13	12.44 ,56
P8189	Arqueólogo júnior	m ês	2.815 ,27	80,89 %	2.277, 27	26,1 7%	736 ,74	0,9 1%	25, 51	0,0 0%	0, 00	1,7 8%	50 ,12	0,1 9%	5, 28	0,0 0%	0, 00	10,5 ,48	295 ,48	0,3 5%	9, 98	120, 78%	3.400 ,38	6.215 ,65
P8190	Arqueólogo pleno	m ês	3.753 ,69	80,89 %	3.036, 36	19,6 3%	736 ,74	0,6 8%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 4%	5, 28	0,0 0%	0, 00	7,87 ,48	295 ,48	0,2 7%	9, 98	109, 48%	4.109 ,36	7.863 ,04
P8191	Arqueólogo sênior	m ês	5.706 ,15	80,89 %	4.615, 71	12,9 1%	736 ,74	0,4 5%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 9%	5, 28	0,0 0%	0, 00	5,18 ,48	295 ,48	0,1 7%	9, 98	99,6 9%	5.688 ,71	11.39 ,46
P8192	Historiador júnior	m ês	3.885 ,30	83,67 %	3.250, 83	18,9 6%	736 ,74	0,6 6%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 8%	6, 99	0,0 0%	0, 00	7,61 ,48	295 ,48	0,2 6%	9, 98	111, 33%	4.325 ,53	8.210 ,84
P8193	Historiador pleno	m ês	5.180 ,40	83,67 %	4.334, 44	14,2 2%	736 ,74	0,4 9%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 3%	6, 99	0,0 0%	0, 00	5,70 ,48	295 ,48	0,1 9%	9, 98	104, 42%	5.409 ,15	10.58 ,95
P8194	Historiador sênior	m ês	8.013 ,69	83,67 %	6.705, 05	9,19 %	736 ,74	0,3 2%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 9%	6, 99	0,0 0%	0, 00	3,69 %	295 ,48	0,1 2%	9, 98	97,0 8%	7.779 ,76	15.79 ,34
P8195	Paleontólogo júnior	m ês	3.075 ,80	82,05 %	2.523, 70	23,9 5%	736 ,74	0,8 3%	25, 51	0,0 0%	0, 00	1,1 2%	34 ,48	0,2 0%	6, 14	0,0 0%	0, 00	9,61 ,48	295 ,48	0,3 2%	9, 98	118, 08%	3.632 ,03	6.707 ,84
P8196	Paleontólogo pleno	m ês	4.101 ,07	82,05 %	3.364, 93	17,9 6%	736 ,74	0,6 2%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 5%	6, 14	0,0 0%	0, 00	7,20 ,48	295 ,48	0,2 4%	9, 98	108, 23%	4.438 ,78	8.539 ,85
P8197	Paleontólogo sênior	m ês	6.246 ,53	82,05 %	5.125, 28	11,7 9%	736 ,74	0,4 1%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 0%	6, 14	0,0 0%	0, 00	4,73 ,48	295 ,48	0,1 6%	9, 98	99,2 4%	6.199 ,13	12.44 ,56
P8198	Sociólogo júnior	m ês	4.027 ,98	83,89 %	3.379, 07	18,2 7%	736 ,74	0,6 3%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 8%	7, 17	0,0 0%	0, 00	7,34 ,48	295 ,48	0,2 5%	9, 98	110, 58%	4.453 ,96	8.481 ,94
P8199	Sociólogo pleno	m ês	5.370 ,64	83,89 %	4.505, 43	13,7 2%	736 ,74	0,4 5%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,1 3%	7, 17	0,0 0%	0, 00	5,50 ,48	295 ,48	0,1 9%	9, 98	103, 90%	5.580 ,31	10.95 ,95
P8200	Sociólogo sênior	m ês	8.040 ,47	83,89 %	6.745, 15	9,16 %	736 ,74	0,3 2%	25, 51	0,0 0%	0, 00	0,0 0%	0,00 0	0,0 9%	7, 17	0,0 0%	0, 00	3,67 %	295 ,48	0,1 2%	9, 98	97,2 6%	7.820 ,04	15.86 ,01

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	78
Rúbrica	

ANEXO F – Relatório de Consolidação de Custos Gerais

**ANEXO F - RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CUSTOS GERAIS**

Item	Código Engenharia Consultiva	Tipo	Unidade	Custo unitário (R\$ / un)		Unidade	Produtivo	Improdutivo	Total
				Produtivo	Improdutivo				
							182,49	0	182,49
Veículos	E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	hora	33,93	6,07	mês	6.191,89	-	6.191,89
	E8890	Veículo leve - 53 kW (com motorista)	hora	60,18	32,32		10.982,25	-	10.982,25
	E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW (sem motorista)	hora	80,68	24,66	mês	14.723,29	-	14.723,29
	E8888	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (sem motorista)	hora	54,69	17,00	mês	9.980,38	-	9.980,38
	E8887	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (com motorista)	hora	80,94	43,25	mês	14.770,74	-	14.770,74

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	79
Rúbrica	

Item	Código Engenharia Consultiva	Tipo	Unidade	Custo unitário (R\$ / un)
Imóveis	B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	47,70
	B8952	Residencial (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	45,83
Mobiliário	B8953	Escritório	ocupante x mês	463,24
	B8954	Residência	ocupante x mês	42,41
Cesta das Instalações	B8955	Laboratório de asfalto	mês	5.366,11
	B8956	Laboratório de concreto	mês	4.482,07
	B8957	Laboratório de solos	mês	3.554,26
	B8958	Topografia	mês	3.998,31
	B8961	Topografia por VANT	mês	871,33
Custos Diversos	B8959	Escritório	ocupante x mês	134,50
	B8960	Residência	ocupante x mês	201,75

## ANEXO G – Composição do BDI

**ANEXO G - COMPOSIÇÃO DE BDI**  
**Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas**

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,92	10,00
Despesas Financeiras	0,19% sobre (PV - Lucro)	0,77	1,11
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,72
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,14
<b>Subtotal 1</b>		<b>8,29</b>	<b>11,98</b>
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,30	12,00
<b>Subtotal 2</b>		<b>8,30</b>	<b>12,00</b>
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,39
COFINS	7,60% do PV	7,60	10,99
ISSQN*	5,00% do PV	5,00	7,23
<b>Subtotal 3</b>		<b>14,25</b>	<b>20,61</b>
<b>Total - BDI (%)</b>		<b>30,84</b>	<b>44,58</b>

(\*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	81
Rúbrica	

Anexo H – Links das Instruções Processuais

**ANEXO H - LINKS DAS INSTRUÇÕES PROCESSUAIS**

Site DNIT - Tabelas, Manuais e Informativos	<a href="https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/engenharia-consultiva2024">https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/engenharia-consultiva2024</a>
Tabela de Preços de Mão de Obra e Custos Gerais	<a href="https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/tabela-de-precos-de-consultoria-1/relatorios/2024/abril/abril-2024">https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/tabela-de-precos-de-consultoria-1/relatorios/2024/abril/abril-2024</a>
BDI	<a href="https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/bdi/bdi-tabela-de-precos-de-consultoria/bdi-tabela-de-precos-de-consultoria_2024-selic-10-75.pdf">https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/bdi/bdi-tabela-de-precos-de-consultoria/bdi-tabela-de-precos-de-consultoria_2024-selic-10-75.pdf</a>

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	82
Rúbrica	

Anexo III – Proposta Detalhe

**III- PROPOSTA DETALHE –  
SOMAR**

CE N.º 90003 /2024

A Realizar-se em

Processo: 22839/2024

A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço a SOMAR, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL CE n.º 90003/2024

CARIMBO DA FIRMA

A sociedade empresária abaixo indicada se propõe **a fornecer o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_ Insc. Munic. \_\_\_\_\_

Item	Especificação	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM COORDENAÇÃO, ASSESSORAMENTO, ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ,	

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	83
Rúbrica	

	NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)	
02	SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA EM ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS, MODELAGENS, PROJETOS CONCEITUAIS, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ, NO ÂMBITO DA AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ (SOMAR)	
VALOR TOTAL:		

### 1 - PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1 - O preço total ofertado é R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

1.2 - O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital da Concorrência Pública Eletrônica nº 90003/2024.

### 2 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao Agente de Contratação.

### 3 - DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

**OBS: - Apresentar, como anexo da proposta de Preços, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do Modelo de Declaração constante do Anexo G.**



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	84
Rúbrica	

**OBS:** Deve ser colocado dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD contendo arquivo de Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa.

**OBS:** As propostas devem, obrigatoriamente, estar acompanhadas da Planilha de Detalhamento de Custos Unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano)

**OBS:** Os valores unitários dos itens **NÃO** podem ser acima do valor estimado constante na planilha orçamentária, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**.

Maricá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

PROPOSTA COMERCIAL  
assinar e carimbar

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	85
Rúbrica	

Anexo IV – Modelo de Minuta Contratual

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A SOMAR, POR INTERMÉDIO DA  
PRESIDÊNCIA.

A *Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá* por intermédio do Presidente desta Autarquia, com sede na Rua Raul Alfredo de Andrade s/n, Caxito, na cidade de Maricá / Estado do Rio de Janeiro, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 32.356.680/0001-77, neste ato representada pelo Presidente (*nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em .....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por .....* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa* **OU** *procuração*

*apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Concorrência Eletrônica n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁR IO	VALO R TOTA L
1						
2						
3						

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	86
Rúbrica	

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3. O Termo de Referência;
- 1.3. O Edital da Licitação;
- 1.3. A Proposta do contratado;
- 1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global / empreitada por preço unitário / empreitada integral / contratação por tarefa / contratação integrada / contratação semi-integrada / fornecimento e prestação de serviço associado.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	87
Rúbrica	

2.8. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** **(art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **MATRIZ DE RISCO:**

3.1. *Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:*

3.1.1.1. ...

3.1.1.2. ...

3.1.1.3. ...

3.1. *Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:*

3.1.2.1. ...

3.1.2.2. ...

3.1.2.3. ...

3.1. *Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de ....% para a contratante e ....% para o contratado:*

3.1.3.1. ...

3.1.3.2. ...

3.1.3.3. ...

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**OU**

4.2. *É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:*

4.2. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:*

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2. *Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:*



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	88
Rúbrica	

4.2.2.1. ....

4.2.2.2. ....

4.2. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.3. *A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*

4.4. *O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*

4.5. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

4.6. *Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:*

4.6. *O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;*

4.6.

4.6. *O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e*

4.6. *O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.*

4.6. *Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.*

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (....).*

**OU**

5.2. *O valor total da contratação é de R\$..... (....)*

5.3. *No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,*

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	89
Rúbrica	

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês xxxx do ano de yyyy] **OU** [datadas de \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_].

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

*7.4. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.*

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	90
Rúbrica	

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da autarquia adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.13. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	91
Rúbrica	

8.17. *Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:*

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;*
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;*
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e*
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*

8.18. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.*

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	92
Rúbrica	

- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	93
Rúbrica	

- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*
- 9.24. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*
- 9.25. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*
- 9.26. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*
- 9.26. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*
- 9.27. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	94
Rúbrica	

- 9.28. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.29. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.30. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.36. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.37. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.38. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.40. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - c) florestas plantadas; e



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	95
Rúbrica	

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.41. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.42. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.42. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	96
Rúbrica	

9.42.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.42. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.

9.43. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.44. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	97
Rúbrica	

dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.48. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:*

9.48.

9.48.

9.48.

9.48.

9.48.

9.48. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.*

9.49. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.*

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	98
Rúbrica	

- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**OU**

- 11.2. *A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/ total/ anual do contrato.*

**OU**

- 11.3. *A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/ anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:*

- 11.3. BEM 1..... Valor

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	99
Rúbrica	

11.3. BEM 2 .....Valor

11.3. ...

11.3. TOTAL ..... Valor total

**OU**

11.4. *A contratação conta com garantia de execução, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, conforme art. 102 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/ total/ anual do contrato.*

11.4. *Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).*

11.4. *A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:*

- a) *Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.*
- b) *Acompanhar a execução do contrato principal.*
- c) *Ter acesso a auditoria técnica e contábil.*
- d) *Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.*

11.4. *A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.*

11.4. *A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.*

11.4. *Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:*

- a) *Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.*
- b) *Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.*

11.5. *O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/ total/ anual do contrato.*

**OU**

11.6. *O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/ total/ anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:*

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	100
Rúbrica	

11.6. BEM 1..... Valor

11.6. BEM 2 .....Valor

11.6. ...

11.6. TOTAL ..... Valor total

11.7. *Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

11.8. *A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

11.9. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.10 deste contrato.*

11.10. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.11. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.11. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

11.11. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

11.11. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*

11.12. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.11, observada a legislação que rege a matéria.*

11.13. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

11.14. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

11.15. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

11.16. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	101
Rúbrica	

11.17. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.*

11.18. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

11.18. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*

11.18. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

11.19. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

11.20. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

11.21. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

11.22. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

11.23. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** **(art. 92, XIV)**

12.1. *Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:*

- der causa à inexecução parcial do contrato;*
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- der causa à inexecução total do contrato;*
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;*
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;*
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*



SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	102
Rúbrica	

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de ....% (.... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
- (2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
  - a. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

*[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]*

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	103
Rúbrica	

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	104
Rúbrica	

outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

#### **OU**

13.4. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.5. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

13.6. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

13.7. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9. Indenizações e multas.

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	105
Rúbrica	

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SOMAR deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

SOMAR	
Processo nº	25854/2023
Data de Início	20/12/2023
Folha	106
Rúbrica	

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-